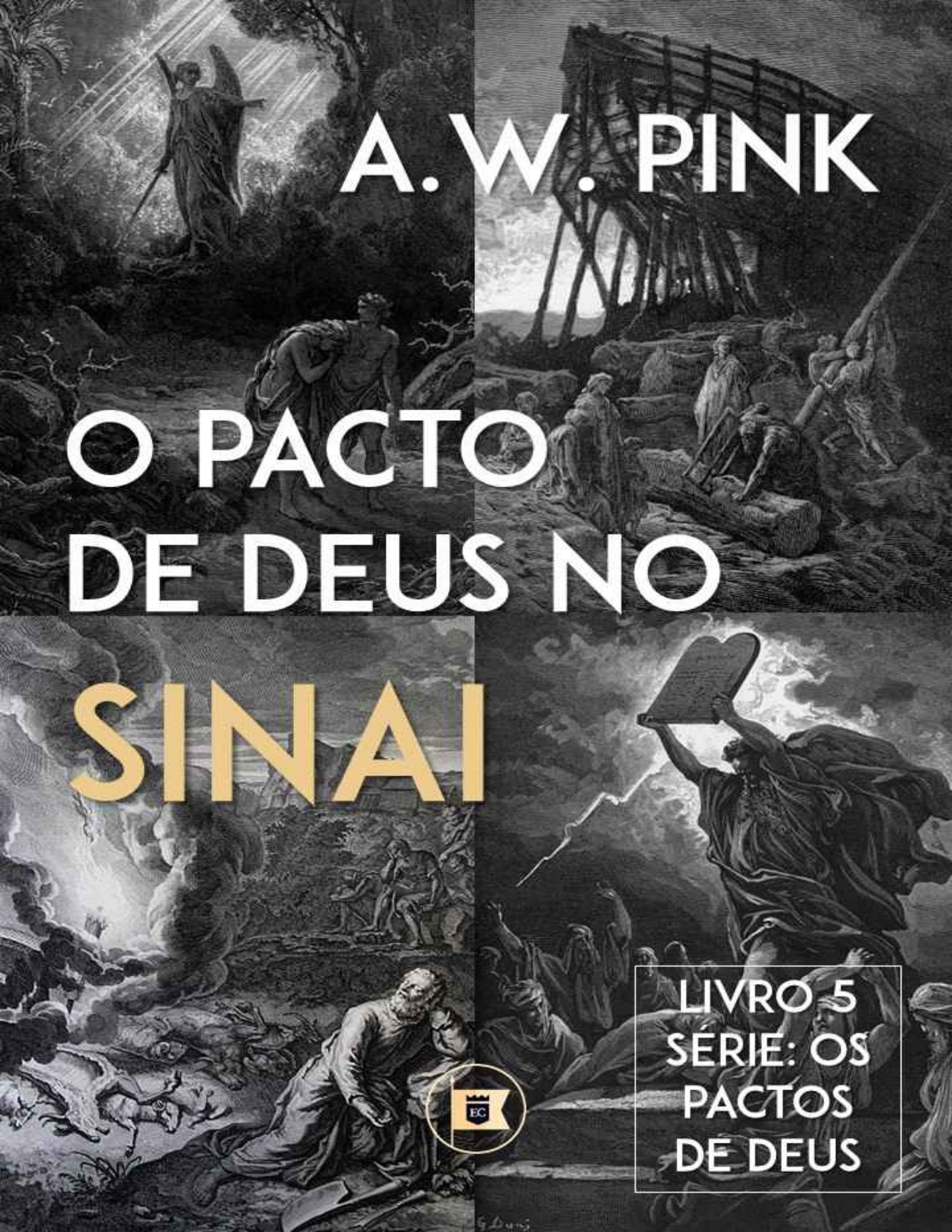

A. W. PINK
O PACTO DE DEUS NO SINAI
LIVRO 5
SÉRIE: OS PACTOS DE DEUS


A.W. PINK
O PACTO DE DEUS NO SINAI
LIVRO 5
SÉRIE: OS PACTOS DE DEUS

Título Original *Divine Covenants* Por A.W. Pink

IMPORTANTE!

A obra supracitada, *Divine Covenants* , será publicada em português como uma série de oito livros. O presente eBook contém o *Livro 5, O Pacto de Deus no Sinai* (E não a obra integral). Os outros três livros serão publicados nos próximos dias, se nosso Deus quiser. *Para mais informações, veja o título* ***Sobre a Série*** *, no sumário.*

■

Copyright © 2021 Editora O Estandarte de Cristo Francisco Morato, SP, Brasil

1ª edição em português: 2022.

■

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por Editora O Estandarte de Cristo. Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em breves citações, com indicação da fonte.

Salvo indicação em contrário e leves modificações, as citações bíblicas usadas nesta tradução são da versão Almeida Corrigida Fiel | ACF • Copyright © 1994, 1995, 2007, 2011 Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

■

Tradução: William e Camila Rebeca Teixeira

Capa: William Teixeira

Imagens da capa por Gustave Doré (1832-1883)

Visite: OEstandarteDeCristo.com

Encontre outros de nossos eBooks aqui na Amazon

Sumário

Sobre a Série Os Pactos de Deus

Capítulo 5 • O Pacto de Deus no Sinai

- **Parte 1**
- **Parte 2**
- **Parte 3**
- **Parte 4**
- **Parte 5**
- **Parte 6**
- **Parte 7**
- **Parte 8**
- **Parte 9**
- **Parte 10**

Sobre a Série
Os Pactos de Deus

O livro *Os Pactos de Deus* foi publicado por A.W. Pink como uma série de artigos entre 1934 e 1938, em sua revista de estudos bíblico-teológicos, *Studies in the Scriptures* ; e depois organizado para publicação como um único volume com o título *Divine Covenants.*

Agora essa obra é publicada em português como uma série que conterá oito livros. São eles:

Livro 1: O Pacto Eterno de Deus
Livro 2: O Pacto de Deus com Adão
Livro 3: O Pacto de Deus com Noé
Livro 4: O Pacto de Deus com Abraão
Livro 5: O Pacto de Deus no Sinai
Livro 6: O Pacto de Deus com Davi
Livro 7: O Pacto de Deus com o Messias
Livro 8: A Alegoria Acerca das Alianças de Deus

O presente eBook contém o *Livro 5, O Pacto de Deus no Sinai* .

Nossa oração é que esses livros ajudem os leitores a chegar a um conhecimento mais bíblico acerca do “Deus, que se agradou em expressar sua graça aos homens caídos por meio de aliança” e da “vida e a salvação por meio de Jesus Cristo, o Mediador” (CFB1689 7.1-2; 8). Querido leitor, creia no Senhor Jesus Cristo para que você seja salvo.

Soli Deo Gloria!

Capítulo 5
O Pacto de Deus no Sinai

Parte 1

Chegamos agora a um estágio de nosso assunto que tememos não ser de grande interesse para muitos de nossos leitores, mas pedimos que gentilmente nos acompanhem por causa daqueles que estão ansiosos por uma exposição sistemática dele. Portanto, escrevemos para aqueles que desejam respostas a perguntas como as seguintes: Qual era precisamente a natureza do pacto no qual Deus entrou com Israel no Sinai? Ele se referia apenas ao seu bem-estar temporal como nação ou também estabelecia os requisitos de Deus para o gozo individual das bênçãos eternas? Uma mudança radical ocorreu no que diz respeito à revelação de Deus para com os homens e o que ele exigiu deles? Um "caminho de salvação" completamente diferente foi introduzido agora? Em que o pacto sinaítico se relaciona com os outros e, particularmente, com o Pacto da Graça eterno e o Pacto de Obras adâmico? Ele estava em harmonia com o primeiro ou era uma renovação do segundo? O pacto sinaítico era simples ou misto: tinha apenas um significado de "letra" relativo às coisas terrenas ou também um significado de "espírito" relativo às coisas celestiais? Que contribuição específica ele fez para o desdobramento progressivo do plano e propósito divino?

Consideramos de grande importância que se obtenha uma concepção clara da natureza precisa e do significado daquela transação augusta que ocorreu no Sinai, quando Yahwéh proclamou

os Dez Mandamentos aos ouvidos de Israel. Ninguém que tenha dado a devida atenção a esse fato deixará de perceber que isso marcou uma época memorável na história desse povo. Mas foi muito mais do que isso; ele possuía um significado muito mais profundo e amplo — representou o início de uma nova era na história da raça humana e consistiu em um passo importante nessa série de dispensações divinas para com a humanidade caída. No entanto, deve ser francamente reconhecido que o assunto é tão difícil quanto importante — a grande diversidade de opiniões que prevalece entre os teólogos que estudaram o assunto é prova disso. Entretanto, isso não é motivo para desistirmos de obtermos um entendimento mais preciso sobre esse assunto, antes isso deve nos levar a pedir ajuda a Deus e a prosseguir em nossa investigação com prudência, humildade e cuidado.

Qual foi o caráter preciso da transação que Yahwéh fez com Israel no Sinai? Que verdadeiramente um pacto ou aliança foi feita naquela ocasião não pode ser negado. O termo é realmente usado em Êxodo 19:5: “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos”. Então, nós lemos: “E tomou o livro da aliança e o leu aos ouvidos do povo, e eles disseram: Tudo o que o Senhor tem falado faremos, e obedeceremos. Então tomou Moisés aquele sangue, e espargiu-o sobre o povo, e disse: Eis aqui o sangue da aliança que o Senhor tem feito convosco sobre todas estas palavras” (Êxodo 24:7-8). Anos depois, ao recapitular os lidares de Deus para com Israel, Moisés disse: “O Senhor nosso Deus fez conosco aliança em Horebe” (Deuteronômio 5:2). Não apenas a palavra “aliança” é usada, mas as transações no Sinai continham todos os elementos de um pacto: as partes contratantes eram o Senhor Deus e Israel; a condição era seguinte: “Se

diligentemente ouvirdes a minha voz"; a promessa era esta: "Vós me sereis um reino sacerdotal e o povo santo" (Êxodo 19:6); a penalidade era as "maldições" de Deuteronômio 28:15 *etc.*

Mas qual foi a natureza e o propósito desse pacto? Deus zombou de suas criaturas caídas ao renovar formalmente o Pacto de Obras (adâmico), que elas já haviam quebrado e sob a maldição do qual todos estavam por natureza, e que ele sabia que não poderiam guardar nem mesmo por uma hora? Tal pergunta responde a si mesma. Ou Deus fez com Israel de então como ele faz com o seu povo agora: primeiro redime e depois coloca debaixo da lei como regra de vida, um padrão de conduta? Mas se esse fosse o caso, por que entrar nesse "pacto" formal? Até mesmo Fairbairn praticamente ignora esse fato e diz apenas que a forma de um pacto não implica em nenhuma consequência. Mas esse pacto formal feito no Sinai é algo que requer nossa consideração. Os cristãos não são colocados sob a lei como um "pacto", embora o sejam como uma regra. Nada nos aproveita quando evitamos dificuldades as negamos que elas existem; elas devem ser tratadas de forma justa e em oração.

Não há dúvida na mente do escritor de que muitos se confundiram ao considerar o ensinamento típico da história de Israel e o antítipo na experiência dos cristãos, ao deixar de observar devidamente os contrastes, bem como as similaridades entre ambos. É verdade que a libertação que Deus realizou para com Israel da escravidão do Egito abençoadamente prenunciou a redenção dos seus eleitos do pecado e de Satanás, mas não podemos deixar que isso nos faça esquecer que a maioria dos que foram libertos da escravidão de faraó pereceram no deserto, por serem proibidos de entrar na terra prometida. Nem somos deixados ao mero raciocínio nesse ponto; está escrito no registro inspirado:

Porque, repreendendo-os, lhes diz: Eis que virão dias, diz o Senhor, em que com a casa de Israel e com a casa de Judá estabelecerei uma nova aliança, não segundo a aliança que fiz com seus pais no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; como não permaneceram naquela minha aliança, eu para eles não atentei, diz o Senhor (Hebreus 8:8-9).

Assim, temos autoridade divina para dizer que as relações de Deus para com Israel no Sinai não eram um paralelo com o seu relacionamento para com o seu povo sob o evangelho, mas um contraste!

Herman Witsius considerou que o pacto sinaítico não era formalmente o Pacto da Graça nem o Pacto das Obras, mas um pacto nacional que pressupunha ambos, e que prometia "não apenas bênçãos temporais, mas também espirituais e eternas". Por enquanto, tudo bem. Mas quando ele afirma (livro 4, seção 4, parágrafos 43-45) que a condição desse pacto era "uma obediência sincera e perfeita, embora não em todos os aspectos, aos seus mandamentos", nós certamente não podemos concordar. Witsius entendia que o pacto sinaítico diferia do Pacto das Obras, visto que este não fazia provisão ou dava permissão para a aceitação de uma obediência sincera, embora imperfeita; e que diferia do Pacto da Graça, uma vez que não continha promessas de suprimento de força para capacitar Israel a prestar essa obediência. Embora plausível, sua posição não é apenas errônea, mas altamente perigosa. Deus nunca prometeu a vida eterna aos homens sob a condição de uma obediência imperfeita, mas sincera — isso arruinaria todo o argumento das epístolas aos Romanos e Gálatas.

Thomas Bell (1814), em seu extenso trabalho *The Covenants* [Os pactos], insiste que "o Pacto das Obras foi entregue do Sinai, contudo como subserviente ao Pacto da Graça". Um pensador tão

acurado sentiu a pressão das dificuldades que tal postulado envolve, mas arrumou uma maneira estranha de se livrar delas. Apelando para Deuteronômio 29:1, Bell argumentou que Deus fez “dois pactos distintos com Israel”, e que “o pacto feito em Moabe foi o Pacto da Graça”, e que “os dois pactos mencionados em Deuteronômio 29:1 são tão opostos como a justiça que vem da lei é em comparação com a justiça que vem da fé”. Não vamos tentar mostrar aqui o quão insatisfatório e insustentável essa inferência é; basta dizer que há menos fundamento para isso do que para concluir que Deus fez dois pactos totalmente distintos com Abraão (em Gênesis 15 e 17); o pacto feito em Moabe foi uma renovação do pacto sinaítico, assim como os pactos feitos com Isaque e Jacó eram renovações do pacto original feito com Abraão.

Uma ideia completamente diferente e inovadora foi proposta por aqueles que ficaram conhecidos como “Os Irmãos de Plymouth”. O Sr. Darby (que tinha uma tendência para novidades) propôs a teoria de que no Sinai Israel cometeu um erro fatal, abandonando deliberadamente a fundamento para receber tudo de Deus com base na pura graça e, em sua estupidez e autossuficiência, concordou que deveria merecer os favores divinos. A ideia é que quando Deus anunciou seus lidares misericordiosos para com eles (Êxodo 19:4) e depois acrescentou: “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos” (v. 5), então Israel foi culpado de perverter as palavras divinas, e evidenciou sua carnalidade e orgulho ao dizer: “Tudo o que o Senhor tem falado, faremos” (v. 8). Essas palavras são muito desastrosas e levam a resultados mais desastrosos ainda, pois elas supõem que, a partir desse momento, Deus mudou completamente sua atitude para com eles.

Em sua *Synopsis* [Sinopse], o Sr. Darby conclui suas observações sobre Êxodo 18 e começa o capítulo 19, dizendo:

> Mas tendo terminado assim o curso da graça, a cena muda completamente. Eles não guardam a festa no monte, para onde Deus, como havia prometido, os guiou — ao conduzi-los e trazê-los para si como com asas de águias. Deus lhes propõem uma condição: se obedecessem à sua voz, eles seriam o seu povo. O povo — em vez de reconhecer a si mesmo e dizer: "Não ousamos (embora sejamos obrigados a obedecer) nos colocar em tal condição e arriscar nossa bênção, aliás, ter certeza de perdê-la" — se compromete a fazer tudo o que o Senhor tinha falado. A bênção agora tomou a forma de condicionalidade, como aconteceu com Adão que dependia de sua própria fidelidade e não apenas da fidelidade de Deus. Entretanto, o povo não teve permissão de se aproximar de Deus, que de escondeu nas trevas.

O Sr. C.H. Mackintosh, em seus comentários sobre Êxodo 19, diz:

> Isso (a cena apresentada no final de 18) foi apenas um breve momento de sol em que uma imagem muito vívida do reino foi oferecida; mas a luz do sol foi rapidamente seguida pelas pesadas nuvens que se juntaram em torno daquele "monte palpável", onde Israel, em um espírito de legalidade obscura e insensata, abandonou seu pacto de pura graça pelo pacto de obras do homem. Que atitude desastrosa! Uma atitude repleta dos resultados tenebrosos. Até

agora, como vimos, nenhum inimigo poderia permanecer diante de Israel — nenhum obstáculo o interrompeu em sua marcha progressiva e vitoriosa. Os exércitos de faraó foram abatidos, Amaleque e seu povo foram desbaratados ao fio da espada; eles foram vitoriosos em tudo, porque Deus estava agindo em nome de seu povo em cumprimento de sua promessa a Abraão, Isaque e Jacó.

Nos versículos iniciais do capítulo que está diante de nós, o Senhor recapitula suas ações para com Israel na seguinte linguagem tocante e bela (veja Êxodo 19:3-6). Observe, é “minha voz” e “minha aliança”. Qual foi a expressão dessa “voz”? e o que essa “aliança” envolveu? A voz de Yahwéh se fez ouvir com o propósito de estabelecer as regras e estatutos de um legislador severo e inflexível? De modo algum. Essa voz soou para exigir liberdade para o cativo, para prover um refúgio contra a espada do destruidor, para fazer um caminho para os resgatados passarem, para trazer pão do céu, para extrair água da rocha — tal foi o gracioso e inteligível pronunciamento da “voz” de Yahwéh até o momento em que Israel “se acampou em frente ao monte” (Êxodo 19:2).

E quanto à sua “aliança”, ela consistiu em uma graça sem igual. Não propunha nenhuma condição, não exigia nada, não colocava jugo no pescoço, não sobrecarregava o ombro. Quando “o Deus da glória apareceu a Abraão” em Ur dos Caldeus, ele certamente não se dirigiu a ele em palavras como: “Tu farás isto, tu não farás aquilo”, ah, não; tal linguagem não estava de acordo com o coração divino. É muito melhor colocar “uma coroa de justiça”

sobre a cabeça de um pecador do que colocar um “jugo sobre o pescoço dele”. Sua palavra para Abraão foi: “Eu darei”. A terra de Canaã não seria adquirida pelos feitos do homem, antes seria dada pela graça de Deus. E assim foi; e na abertura do livro de Êxodo vemos Deus descendo em graça para fazer cumprir a promessa que fez à descendência de Abraão. No entanto, Israel não estava disposto a ocupar essa posição abençoada.

Como muitos foram enganados por esse ensinamento, vamos fazer uma digressão por um momento e mostrar como ele é totalmente antibíblico. É um erro grave dizer que no pacto abraâmico Deus “não propôs condições, nem fez exigências, não pôs jugo no pescoço”. Como apontamos em nossos artigos ao estudar o pacto abraâmico, a atenção não deve ser restrita a uma ou duas passagens particulares, mas deve ser lavado em consideração todo o conjunto dos lidares de Deus para com esse patriarca. Deus não disse a Abraão: “Anda em minha presença e sê perfeito. E porei a minha aliança entre mim e ti” (Gênesis 17:1-2)? Ele também não disse: “Porque eu o tenho conhecido, e sei que ele há de ordenar a seus filhos e à sua casa depois dele, para que guardem o caminho do Senhor, para agir com justiça e juízo; para que o Senhor faça vir sobre Abraão o que acerca dele tem falado” (Gênesis 18:19)? Abraão tinha que “guardar o caminho do Senhor”, o que é definido como “fazer justiça e juízo”, isto é, andar obedientemente em sujeição à vontade revelada de Deus, para que ele recebesse o cumprimento das promessas divinas.

Além disso, o Senhor não confirmou expressamente o seu pacto a Abraão por juramento ao dizer: “Por mim mesmo jurei, diz o Senhor: Porquanto fizeste esta ação, e não me negaste o teu filho, o teu único filho, que deveras te abençoarei...” (Gênesis 22:16-17). É uma verdade bendita que Deus lidou com Abraão em pura graça,

mas é igualmente verdade que ele lidou com ele como uma criatura responsável, como sujeito à autoridade divina e o colocou debaixo da lei. Em uma data posterior, quando Yahwéh renovou o pacto com Isaque, ele disse: E multiplicarei a tua descendência como as estrelas dos céus, e darei à tua descendência todas estas terras; e por meio dela [a promessa pactual original] serão benditas todas as nações da terra; porquanto Abraão obedeceu à minha voz, e guardou o meu mandado, os meus preceitos, os meus estatutos, e as minhas leis (Gênesis 26:4-5).

Isso é claro o suficiente; e nada poderia ser mais claro do que o fato de que Deus não introduziu nenhuma mudança em seus lidares para com os descendentes de Abraão quando disse a Israel no Sinai: “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos” (Êxodo 19:5).

Está igualmente claro nas Escrituras que a própria nação de Israel estava debaixo de lei antes de chegarem ao Sinai: “E disse: se ouvires atento a voz do Senhor teu Deus, e fizeres o que é reto diante de seus olhos, e inclinares os teus ouvidos aos seus mandamentos, e guardares todos os seus estatutos, nenhuma das enfermidades porei sobre ti” (Êxodo 15:26). Não é estranho ver homens ignorando passagens tão simples? E para que não seja levantada a alegação de que a referência aos “mandamentos e estatutos” de Deus naquela passagem era prospectiva, isto é, tinha em vista a lei que lhes seria dada em breve, observe o seguinte: “Eis que vos farei chover pão dos céus, e o povo sairá, e colherá diariamente a porção para cada dia, para que eu o prove se anda em minha lei ou não” (Êxodo 16:4). O significado disso é explicado em: “Amanhã é repouso, o santo sábado do Senhor” (16:23). Infelizmente essa foi a resposta do povo: “E aconteceu ao sétimo

dia, que alguns do povo saíram para colher” (v. 27). Agora, observe cuidadosamente a queixa de Deus: “Até quando recusareis guardar os meus mandamentos e as minhas leis?” (16:28) — a referência em 16:4 não era prospectiva, mas retrospectiva: Os filhos de Israel estavam debaixo da lei muito antes de chegarem ao Sinai!

Porém, para refutar ainda mais a teoria estranha mencionada acima, nós perguntamos: Não foi o próprio Senhor quem tomou a iniciativa nesse, por assim dizer, desvio do pacto abraâmico? Porque foi ele quem enviou Moisés ao povo com as palavras (Êxodo 19:5) que evidentemente procuravam evocar uma resposta afirmativa! Novamente perguntamos: se a resposta deles procedia do orgulho carnal e da autossuficiência, se demonstrava uma arrogância e presunção intoleráveis, por que não provocou nenhuma repreensão formal? Tão longe do Senhor estar descontente com a promessa de Israel, que ele disse a Moisés: “Eis que eu virei a ti numa nuvem espessa, para que o povo ouça, falando eu contigo, e para que também te creiam eternamente” (Êxodo 19:9). Novamente, porque ao relembrar essa transação, Moisés disse: Ouvindo, pois, o Senhor as vossas palavras, quando me faláveis, o Senhor me disse: Eu ouvi as palavras deste povo, que eles te disseram; em tudo falaram bem. Quem dera que eles tivessem tal coração que me temessem, e guardassem todos os meus mandamentos todos os dias, para que bem lhes fosse a eles e a seus filhos para sempre (Deuteronômio 5:28-29).

Quão completamente sem desculpa e insustentável é essa teoria (que foi aceita por muitos e ecoou na Bíblia de Estudo de Scofield) à luz dos fatos claros registrados nas Escrituras Sagradas. Se Israel tivesse agido tão louca e presunçosamente, o Senhor teria cumprido todas as formalidades de uma transação pactual (Êxodo 24:3-8)? se as palavras proferidas por ele e respondidas pelo povo

fossem baseadas em condições impossíveis de um lado, e mentiras palpáveis no outro, um pacto seria algo impensável. Finalmente, seja cuidadosamente observado que tão longe Deus estava de pronunciar um julgamento sobre Israel pela sua promessa no Sinai que chegou a declarar que, se eles a cumprissem, então seriam peculiarmente honrados e abençoados (Êxodo 23:27-29; Deuteronômio 6:18).

Parte 2

Ao abordarmos o estudo do pacto sinaítico, várias coisas precisam ser consideradas. Em primeiro lugar, ele deve ser visto em conexão com tudo que o que o precedeu (especialmente os “pactos” anteriores), ao invés de ser considerado como uma transação isolada, pois só assim seus detalhes podem ser vistos em sua perspectiva correta. Em segundo lugar, deve ser considerado em relação ao propósito eterno de Deus e o desdobramento gradual e progressivo que representou para o povo dele — havia nele algo mais do que o que é meramente temporal e evanescente. Em terceiro lugar, a plenitude da luz das últimas comunicações de Deus não deve ser lida com referência a ele; porém, as referências diretas à dispensação mosaica no Novo Testamento devem ser cuidadosamente examinadas com relação com ele.

Então vamos começar considerando o que precedeu o pacto sinaítico. Limitando-nos àquilo que mais se aproxima do nosso questionamento atual, lembremo-nos de que, sob o pacto anterior, Deus havia feito saber que o Messias e Redentor prometido surgiria da linhagem de Abraão. Ora, claramente, isso exigiu várias coisas. A existência dos descendentes de Abraão como um povo separado se tornou indispensável, de modo que a descendência de Cristo pudesse ser inegavelmente traçada, e a principal promessa desse pacto, claramente verificada. Além disso, o isolamento dos descendentes de Abraão, Israel, dos pagãos era igualmente essencial para a preservação do conhecimento e da adoração a Deus na terra, até que a plenitude do tempo viesse e uma dispensação maior fosse estabelecida. Em decorrência disso, foram

confiados oráculos vivos para Israel e entre eles as ordenanças do culto divino foram autoritativamente estabelecidas.

Foi somente quando a grande família de Jacó se desenvolveu (setenta e cinco almas: Atos 7:14) que o pacto abraâmico, em seu aspecto natural, começou a florescer em direção ao seu cumprimento. Havia então uma perspectiva justa de seu desenvolvimento progressivo, ainda que fosse necessário algum tempo considerável antes que pudessem alcançar seu aumento em números que justificassem sua organização política como uma nação separada e os colocasse em condições de ocupar a herança prometida. Para isso, a providência de Deus concedeu-lhes uma estádia temporária no Egito, o que foi muito vantajoso para eles. Um período no meio da nação mais erudita da antiguidade proporcionou aos israelitas a oportunidade de obter instrução em muitos ramos importantes do conhecimento, dos quais se aproveitaram, como a história subsequente mostra; enquanto o fato de que “todo o pastor de ovelhas é abominação aos egípcios” (Gênesis 46:34) manteve as duas nações separadas no que diz respeito à religião, de modo que, em grande medida, os hebreus foram preservados da idolatria. Mais tarde, a escravidão cruel que eles experimentaram ali fez com que ficassem contentes em partir.

No Egito, os descendentes de Abraão tinham se multiplicado tanto que na época do grande êxodo provavelmente havia pelo menos dois milhões de almas. Então, para que eles fossem organizados em uma nação e submetidos à sujeição apropriada a Deus, era necessário que ele fizesse uma revelação completa da sua vontade para eles, dando-lhes leis e preceitos para a regulação de todas as fases das vidas, quer na esfera corporativa quer na esfera individual; e, acima de tudo, prescrevesse a natureza e os requisitos da adoração divina. Foi isso que Yahwéh graciosamente

fez no Sinai. Ali, Deus deu a Israel uma declaração completa de suas reivindicações sobre eles e o que exigia deles, providenciando uma “constituição” que não tinha em vista nada a não ser o próprio bem deles e a glorificação de seu grande nome; e tudo isso foi ratificado por um pacto solene. Isso foi decididamente um avanço em relação a tudo o que aconteceu antes, e marcou outro passo à frente no desdobramento do plano divino.

Entretanto, nesse ponto nos deparamos com uma dificuldade formidável, a saber, a notável diversidade na representação encontrada nas Escrituras posteriores com relação à tendência e ao cumprimento da lei por parte daqueles que estavam sujeitos a ela. Por um lado, encontramos uma classe de passagens que representam a lei como vinda expressamente do Redentor de Israel, transmitindo um aspecto benigno e visando resultados felizes. Nesse exato caso, Moisés exaltou a condição de Israel como superando a de todas as outras nações: “Pois, que nação há tão grande, que tenha deuses tão chegados como o Senhor nosso Deus, todas as vezes que o invocamos? E que nação há tão grande, que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que hoje ponho perante vós?” (Deuteronômio 4:7-8). O mesmo sentimento é ecoado de várias formas nos Salmos: “Mostra a sua palavra a Jacó, os seus estatutos e os seus juízos a Israel. Não fez assim a nenhuma outra nação; e quanto aos seus juízos, não os conhecem. Louvai ao Senhor” (147:19-20). “Muita paz têm os que amam a tua lei, e para eles não há tropeço” (119:165).

Porém, por outro lado, há outra classe de passagens que parecem apontar na direção oposta. Nelas, a lei é representada como uma fonte de problemas e terror — uma escravidão, da qual se deve escapar para obter a verdadeira liberdade: “A lei opera a ira” (Romanos 4:15); “a força do pecado é a lei” (1 Coríntios 15:56).

Em 2 Coríntios 3:7 e 9 o apóstolo fala da lei como “o ministério da morte, gravado com letras em pedras”, e como “o ministério da condenação”. Novamente, ele declara: “Todos aqueles, pois, que são das obras da lei estão debaixo da maldição” (Gálatas 3:10). “Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo nos libertou, e não torneis a colocar-vos debaixo do jugo da servidão. Eis que eu, Paulo, vos digo que, se vos deixardes circuncidar, Cristo de nada vos aproveitará. E de novo protesto a todo o homem, que se deixa circuncidar, que está obrigado a guardar toda a lei” (Gálatas 5:1-3).

É muito óbvio que representações tão diversas e antagônicas não poderiam ter sido dadas a respeito da lei no mesmo sentido ou com o mesmo propósito no que diz respeito ao seu objetivo direto e primário. Somos obrigados a acreditar que ambas as representações são verdadeiras, sendo encontradas no Volume Inspirado. Assim, é claro que as Escrituras nos obrigam a contemplar a lei de mais de um ponto de vista e a considerar os diferentes usos e aplicações dela. Mais adiante buscaremos demonstrar quais são esses pontos de vista diferentes e quais os variados usos e aplicações da lei. Por enquanto, nos limitamos a considerar o lugar que a lei ocupa na economia mosaica. Essa é certamente a única ordem lógica a seguir, pois é a classe de representação mais feliz que se encontra no Pentateuco, ocupando o primeiro plano; enquanto os outros entram depois e devem ser considerados por nós posteriormente.

O pacto nacional com Israel foi intencionado aqui (Êxodo 19:5), o documento através da qual eles foram constituídos, como povo, sob o governo de Yahwéh. Deus se comprometeu a dar a Israel a possessão de Canaã e a protegê-lo nela; tornar a terra frutífera, a nação vitoriosa e próspera, bem como perpetuar seus oráculos e ordenanças entre eles; contanto que eles não rejeitassem sua

autoridade, apostatassem rumo à idolatria e tolerassem a iniquidade aberta. Essas coisas constituiriam uma quebra do pacto; o que realmente aconteceu depois, quando Israel, como nação, rejeitou a Cristo. Os verdadeiros crentes que haviam entre eles foram pessoalmente tratados de acordo com o Pacto da Graça, assim como os cristãos verdadeiros o são agora; e os incrédulos estavam sob o Pacto de Obras, e passíveis de condenação por ele, como também acontece no presente; contudo, o pacto nacional não era estritamente um ou outro, mas tinha algo em si da natureza de cada um.

> O pacto nacional não se referia à salvação final dos indivíduos; nem foi quebrado pela desobediência ou mesmo pela idolatria de qualquer número deles, desde que isso não fosse sancionado ou tolerado pela autoridade pública. com efeito, esse foi um tipo do pacto feito com os verdadeiros crentes em Cristo Jesus, como eram todas as transações com Israel. Porém, como acontece com outros tipos, esse não trazia a “imagem exata das coisas”, mas apenas “a sombra dos bens futuros”. Quando, portanto, como nação, eles quebraram esse pacto, o Senhor declarou que ele faria “uma aliança nova com a casa de Israel, e colocaria sua lei”, não apenas em suas mãos, mas “no seu interior”; e a “escreveria”, não em tábuas de pedra, “mas em seus corações; perdoando a iniquidade deles e nunca mais se lembrando de seus pecados” (Jeremias 31:32-34; Hebreus 8:7-12, 10:16-17). Os israelitas estavam sob uma dispensação de misericórdia, e desfrutavam de privilégios externos e grandes vantagens de várias maneiras para a

> salvação. Entretanto, como os cristãos professos, a maioria deles descansava nessas coisas, e não buscavam nada mais. O pacto exterior foi feito com a nação, e lhes concedeu vantagens externas, sob a condição de obediência nacional externa; e o Pacto da Graça foi ratificado pessoalmente com os verdadeiros crentes, e selou e garantiu bênçãos espirituais para eles, produzindo uma disposição santa em seus corações para prestarem uma obediência espiritual à lei divina. Caso Israel mantivesse o pacto, o Senhor prometeu que eles seriam para ele uma “propriedade peculiar”, e visto que “toda a terra” (Êxodo 19:5) pertencia ao Senhor, ele poderia ter escolhido qualquer outro povo em vez de Israel. Isso implicava que, assim como sua escolha deles era gratuita, assim também se rejeitassem seu pacto, ele os rejeitaria e concederia seus privilégios a outros; como de fato ele o fez, desde a introdução da dispensação cristã (Thomas Scott).

A citação acima contém a análise mais lúcida, abrangente e, contudo, simples a respeito do pacto sinaítico que encontramos em todas as nossas leituras. Ela traça uma linha clara de distinção entre as transações de Deus para com Israel como nação e para com os indivíduos que faziam parte dela. Ela mostra a posição correta do Pacto da Graça eterno e do Pacto de Obras adâmico em relação à dispensação mosaica. Todos nasceram sob a condenação do cabeça (Adão), e enquanto permaneceram não regenerados e em incredulidade, estiveram sob a ira de Deus; enquanto que os eleitos de Deus, ao crer, foram tratados por ele, como indivíduos, exatamente como acontece agora. O Sr. Scott revela claramente o

caráter, o escopo, o desígnio e a limitação do pacto sinaítico; seu caráter era uma combinação suplementar de lei e misericórdia; seu escopo era nacional; seu desígnio era regular os assuntos temporais de Israel sob o governo divino; sua limitação foi determinada pela obediência ou desobediência de Israel. A natureza típica desse pacto — o ponto mais difícil de elucidar — também é admitida (Aconselhamos ao estudante interessado em entender bem o assunto que releia os últimos quatro parágrafos).

Muita confusão será evitada e muita ajuda será obtida se a economia sinaítica for contemplada separadamente sob seus dois aspectos principais, a saber, como um sistema de religião e governo projetado para o uso imediato dos judeus durante a continuação daquela dispensação; e depois como um esquema de preparação para outra e melhor economia, pela qual ela deveria ser substituída quando seu propósito temporal tivesse sido cumprido. O primeiro propósito e o fim imediato do que Deus revelou através de Moisés foi instruir e ordenar a vida de Israel, que agora havia constituído uma nação. A segunda e última intenção de Deus era preparar o povo, por um longo curso de disciplina, para a vinda de Cristo. O caráter do pacto sinaítico não era, em si, nem puramente evangélico nem exclusivamente legal; a sabedoria divina concebeu uma mistura maravilhosa e abençoada de retidão e graça, justiça e misericórdia. As exigências da sublime e imutável santidade de Deus foram claramente reveladas; enquanto sua bondade, benevolência e longanimidade também foram claramente manifestadas. O fato da lei moral e da lei cerimonial correrem lado a lado apresentou e manteve um equilíbrio perfeito, do qual apenas a corrupção da natureza humana decaída não conseguiu tirar o máximo proveito.

O pacto que Deus fez com Israel no Sinai exigia obediência externa à letra da lei. Ele continha promessas de bênção nacional se eles, como povo, guardassem a lei; e também anunciou calamidades nacionais se o povo fosse desobediente. Isso é inequivocamente claro a partir de uma passagem como a seguinte: Será, pois, que, se ouvindo estes juízos, os guardardes e cumprirdes, o Senhor teu Deus te guardará a aliança e a misericórdia que jurou a teus pais; e amar-te-á, e abençoar-te-á, e te fará multiplicar; abençoará o fruto do teu ventre, e o fruto da tua terra, o teu grão, e o teu mosto, e o teu azeite, e a criação das tuas vacas, e o rebanho do teu gado miúdo, na terra que jurou a teus pais dar-te. Bendito serás mais do que todos os povos; não haverá estéril entre ti, seja homem, seja mulher, nem entre os teus animais. E o Senhor de ti desviará toda a enfermidade; sobre ti não porá nenhuma das más doenças dos egípcios, que bem sabes, antes as porá sobre todos os que te odeiam. Pois consumirás a todos os povos que te der o Senhor teu Deus (Deuteronômio 7:12-16).

Com relação à passagem acima, observe, em primeiro lugar, a referência feita à “misericórdia” de Deus, o que prova que ele não lidou com Israel com base na pura lei rigorosa e implacável, como alguns erroneamente supuseram. Em segundo lugar, observe a referência que o Senhor fez aqui a seu juramento a seus pais, isto é, Abraão, Isaque e Jacó; o que mostra que o pacto sinaítico se baseou nisso, ao invés de se separar, e a ocupação de Canaã por parte da nação abraâmica-israelita foi o “cumprimento da letra” desse pacto. Em terceiro lugar, se, como nação, Israel prestasse ao seu Deus a obediência a que ele tinha direito como seu Rei e Governador, então ele os amaria e abençoaria — sob a economia cristã não há promessa de que ele amará e abençoará qualquer um que vive desafiando as suas reivindicações sobre ele! Em quarto

lugar, as bênçãos específicas enumeradas aqui eram todas de tipo temporal e material. Em outras passagens, Deus ameaçou trazer sobre eles pragas e julgamentos (Deuteronômio 28:15-65) como resultado de sua desobediência. Como um todo, esse era um pacto que prometia a Israel certas bênçãos externas e nacionais, sob a condição de que prestassem a Deus uma obediência geral à sua lei.

O teor do pacto feito com eles era: “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos, porque toda a terra é minha. E vós me sereis um reino sacerdotal e o povo santo” (Êxodo 19:5-6). “Eis que eu envio um anjo diante de ti, para que te guarde pelo caminho, e te leve ao lugar que te tenho preparado. Guarda-te diante dele, e ouve a sua voz, e não o provoques à ira; porque não perdoará a vossa rebeldia; porque o meu nome está nele. Mas se diligentemente ouvires a sua voz, e fizeres tudo o que eu disser, então serei inimigo dos teus inimigos, e adversário dos teus adversários” (Êxodo 23:20-22). Não obstante, uma provisão de misericórdia foi feita onde o verdadeiro arrependimento pelo fracasso foi evidenciado: Então confessarão a sua iniquidade, e a iniquidade de seus pais, com as suas transgressões, com que transgrediram contra mim; como também eles andaram contrariamente para comigo. Eu também andei para com eles contrariamente, e os fiz entrar na terra dos seus inimigos; se então o seu coração incircunciso se humilhar, e então tomarem por bem o castigo da sua iniquidade, também eu me lembrarei da minha aliança com Jacó, e também da minha aliança com Isaque, e também da minha aliança com Abraão me lembrarei… Estes são os estatutos, e os juízos, e as leis que deu o Senhor entre si e os filhos de Israel, no monte Sinai, pela mão de Moisés (Levítico 26:40-42, 46).

O pacto sinaítico de modo algum interferiu na administração divina do Pacto da Graça eterno (para com os eleitos) nem no Pacto de Obras adâmico (sob o qual todos estão, por natureza). Quer os israelitas individualmente fossem herdeiros da bênção por estarem sob o Pacto da Graça eterno ou estivessem sob a maldição do Pacto de Obras adâmico, isso de forma alguma impediu ou afetou que eles fossem parte de Israel como um povo sob esse regime nacional, o qual não diz respeito a bênçãos interiores e eternas, mas apenas a interesses externos e temporais. Nem Deus ao entrar nesse acordo com Israel zombou de sua impotência ou os tantalizou com esperanças vãs, mais do que ele faz agora, quando ainda está em vigor a verdade de que “a justiça exalta os povos, mas o pecado é a vergonha das nações” (Provérbios 14:34). Embora seja verdade que Israel tenha falhado miseravelmente em manter seus compromissos nacionais e, assim, atraiu sobre si as penalidades que Deus havia ameaçado, contudo, a obediência que ele exigia deles não era óbvia e irremediavelmente impraticável. Não, houve períodos brilhantes em sua história quando essa obediência foi razoavelmente prestada e os frutos dela foram manifestamente usufruídos por eles.

Parte 3

Considerada como parte do desdobramento gradual e progressivo do propósito eterno de Deus, a transação sinaítica significou para o cristianismo um passo à frente decisivo em relação ao pacto abraâmico. Quando considerada separadamente por si só, vemos que a transação sinaítica foi a concessão de um sistema de governo projetado para o uso imediato dos judeus. Esses dois aspectos principais devem ser mantidos distintos se quisermos evitar uma confusão desesperada. É sobre esse segundo aspecto que continuaremos a tratar, a saber, o pacto sinaítico no que diz respeito estritamente à nação de Israel. Esse pacto anunciou certas bênçãos temporais e externas sob a condição de que Israel, como povo, permanecesse em sujeição ao seu Rei divino, enquanto ameaçava maldições e calamidades nacionais se Israel rejeitasse seu cetro e desobedecesse às suas leis. Isso é o que fornece a chave para entender toda a história dos judeus.

Como exemplo e ilustração do que acaba de ser dito, considere o seguinte:

> Portanto dize aos filhos de Israel: Eu sou o Senhor, e vos tirarei de debaixo das cargas dos egípcios, e vos livrarei da servidão, e vos resgatarei com braço estendido e com grandes juízos. E eu vos tomarei por meu povo, e serei vosso Deus; e sabereis que eu sou o Senhor vosso Deus, que vos tiro de debaixo das cargas dos egípcios; e eu vos levarei à terra, acerca da qual levantei minha mão, jurando que a daria a

> Abraão, a Isaque e a Jacó, e vo-la darei por herança, eu o Senhor (Êxodo 6:6-8).

Essa passagem tem apresentado uma dificuldade formidável para aqueles que pensaram sobre ela ponderadamente, pois quase nenhum dos adultos que Deus tirou do Egito entrou em Canaã! Como, então, isso pode ser explicado?

Isso pode ser explicado da seguinte maneira: Em primeiro lugar, essa promessa dizia respeito a Israel como um povo, e de maneira alguma implicava necessariamente que todos, ou mesmo qualquer pessoa daquela geração em particular, entrariam em Canaã. A veracidade divina não foi comprometida, visto que quarenta anos depois, a nação obteve a herança prometida. Em segundo lugar, outras passagens devem ser comparadas com isso. Em Êxodo 6, nenhuma condição expressa foi mencionada em relação à promessa, nem mesmo a crença nela. No entanto, no que dizia respeito àquela geração, isso estava implícito como a sequência claramente mostra, pois se tivesse sido uma promessa absoluta e incondicional àquela geração, ela deveria ter sido realizada, caso contrário, Deus falharia em cumprir a Palavra dele. Que a promessa a essa geração dependia da fé dela podemos ver claramente a partir de Hebreus 3:18-19. Em terceiro lugar, podemos ver o contraste: o cumprimento de todas as condições é assegurado para nós em e por Cristo.

O pacto sinaítico, então, era um pacto que prometia a Israel como um povo certas bênçãos materiais e nacionais, sob a condição de que prestassem a Deus uma obediência geral às suas leis. Mas, nesse ponto, pode ser objetado que Deus, que é infinitamente santo e que esquadrinha o coração, nunca poderia se satisfazer com uma obediência exterior e geral, a qual, no caso de muitos, seria vazia e insincera. Essa objeção é pertinente e

apresenta uma dificuldade real, como podemos respondê-la? De modo muito simples: isso seria verdadeiro para os indivíduos como tais, mas não necessariamente para as nações. Então pode ser perguntado, e por que não? Por esta razão: porque as nações, como tais, têm apenas uma existência temporária e, portanto, devem ser recompensadas ou punidas no mundo presente, de outro modo não serão recompensadas ou punidas de modo algum! Sendo assim, o tipo de obediência exigido delas é menor do que a que é exigida dos indivíduos, cujas recompensas e punições serão eternas.

Entretanto, pode ser objetado novamente: “O Senhor não declarou: ‘E eu vos tomarei por meu povo, e serei vosso Deus’ (Êxodo 6:7)? Não há algo muito mais espiritual implícito ali do que um pacto nacional, não há algo em seus termos que não poderia ser esgotado apenas por bênçãos externas e temporais?”. Novamente insistimos em traçar uma linha clara entre o que diz respeito aos indivíduos e o que é aplicável às nações. Essa objeção seria bastante válida se o que foi prometido descrevesse a relação de Deus com a alma individual, mas o caso é bem diferente quando nos lembramos da relação em que Deus se posiciona para uma nação como sendo o Deus dela! Para averiguar o significado e o alcance exatos das promessas divinas para Israel como povo, devemos observar os compromissos reais com os quais percebemos que ele entrou com eles como nação. Isso é bastante óbvio, mas poucos teólogos conseguiram lidar consistentemente com o que está agora diante de nós.

Em seguida, deve ser pontuado que a posição que propusemos acima (e na parte precedente) acerca da natureza e do alcance do pacto sinaítico concorda plenamente com as afirmações feitas a respeito dele no Novo Testamento, a mais importante delas

é encontrada em Hebreus 8, onde é contrastado com a melhor e Nova Aliança sob a qual os cristãos vivem agora. À primeira vista, pode parecer que a antítese estabelecida entre as duas alianças em Hebreus 8 é tão radical que deve haver uma oposição entre o Pacto de Obras feito com e o Pacto da Graça feito com os crentes sob o evangelho; na verdade, vários comentaristas capazes possuem esse entendimento. Mas isso é um grande erro, e algo que leva a uma séria implicação, pois errar nesse ponto afeta, em maior ou menor grau, todo o nosso pensamento teológico. Uma pequena reflexão deve determinar rapidamente esse assunto.

Em primeiro lugar, o povo de Deus, mesmo antes da encarnação de Cristo, não estava sob o Pacto de Obras quebrado, com sua inevitável maldição; mas desfrutaram das bênçãos do Pacto Eterno que Deus havia feito com seu Fiador antes da fundação do mundo. Em segundo lugar, tal visão do pacto sinaítico (isto é, vê-lo como uma repetição daquele pacto que Deus fez com Adão) estaria em clara contradição com o que é dito na epístola aos Gálatas, na qual é especificamente declarado que, qualquer que tenha sido o propósito de Deus na concessão da lei, ela não foi planejada para, e nem poderia, anular as promessas feitas a Abraão ou substituir o método anterior de salvação pela fé que foi revelado àquele patriarca. Mas se entendermos que o apóstolo (e lembre-se de que ele estava se dirigindo aos judeus na epístola de Hebreus) estivesse fazendo um contraste entre o pacto nacional feito com seus pais no Sinai e o pacto mais sublime e melhor em que judeus e gentios são trazidos pela fé em Cristo, então obteremos uma explicação satisfatória de Hebreus 8 e algo que se harmoniza completamente com Gálatas 3.

Observe atentamente o que é dito em Hebreus 8 como sendo a diferença característica entre a nova e a antiga economias: “Porei

as minhas leis no seu entendimento, e em seu coração as escreverei" (v. 10). Nenhuma promessa que de qualquer forma pudesse ser comparada a isso foi dada no Sinai. Mas a ausência de qualquer garantia das operações internas e efetivas do Espírito estava de acordo com o fato de que a economia mosaica exigia não tanto uma obediência espiritual e interior como uma obediência externa e natural à lei, a qual para eles não continha nada mais do que sanções temporais. Esse é um princípio fundamental que não recebeu a consideração a que tem direito; é vital para uma compreensão clara da diferença radical encontrada entre o judaísmo e o cristianismo. Sob o judaísmo, Deus lidou com uma única nação, agora, no cristianismo, ele está manifestando sua graça para eleger indivíduos dispersos entre todas as nações. Sob o judaísmo, ele simplesmente tornou conhecidos seus requisitos; no cristianismo, ele realmente produz aquilo que atende às exigências deles.

Gálatas 3 mostra claramente que o pacto sinaítico era subserviente às promessas dadas a Abraão a respeito de sua descendência: "Logo, para que é a lei? [Ou seja, toda a economia legal] Foi ordenada por causa das transgressões, até que viesse a posteridade a quem a promessa tinha sido feita" (v. 19). Assim, fica claro que, desde o início, a economia mosaica foi projetada para ser apenas temporária, para durar apenas desde a época a peregrinação de Israel no deserto até Cristo. Era necessário por causa das "transgressões" deles. Os filhos de Israel eram tão intratáveis e perversos, tão inclinados a se afastar de Deus, que sem essa proteção divina, eles teriam perdido sua identidade nacional, ao se misturarem com as nações vizinhas e teriam se afundado em seus caminhos idólatras. O Espírito Santo então não foi tão amplamente concedido a ponto de evitar, pelas potentes influências de sua graça, uma situação tão desastrosa. Portanto, um

arranjo temporário, como o que o judaísmo proveu, era essencial para preservar um remanescente puro do qual o Messias prometido viria; e o pacto sinaítico, com suas promessas e penalidades, foi eficaz para esse fim!

Mas havia outra razão mais profunda para a economia legal. Embora o pacto sinaítico não fosse idêntico ao Pacto das Obras feito com Adão, ainda assim, em alguns aspectos, aquele se assemelhava muito a esse: o pacto sinaítico era análogo ao Pacto de Obras, apenas estava em um plano inferior. Durante os mil e quinhentos anos que se passaram entre o Sinai e Belém, Deus realizou uma demonstração prática das duas grandes divisões da raça humana. Os gentios foram deixados à luz da natureza, foram "deixados andar em seus próprios caminhos" (Atos 14:16 e cf. 17:26-30), e isso a fim de fornecer resposta (para os homens) para a pergunta: "O homem caído pode, no exercício de sua própria razão e consciência, sem outro auxílio, encontrar a Deus e alcançar uma vida melhor e mais elevada?". Basta consultarmos a história das grandes nações daquele período — os egípcios, babilônios, persas, gregos e romanos — para vermos o total fracasso de tal tentativa; Romanos 1:21-31 nos fornece um comentário inspirado sobre isso.

Correndo em paralelo com o fato de Deus haver permitido todas as nações (os gentios) andarem em seus próprios caminhos, esteve o outro experimento (falando do ponto de vista humano das coisas, pois do lado divino, "conhecidas são a Deus, desde o princípio do mundo, todas as suas obras" – Atos 15:18), conduzido em menor escala, contudo, muito decisivo em seu resultado. Os judeus foram colocados sob um pacto legal para fornecer uma resposta para estas outras perguntas: "O homem caído pode, quando colocado nas circunstâncias mais favoráveis, obter a vida

eterna por qualquer coisa que ele mesmo faça? Ele pode, mesmo quando separado dos pagãos, colocado em um pacto exterior com Deus e suprido de um código legal divino completo para a regulação de sua conduta, vencer o pecado interior e agir de modo a assegurar sua aceitação para com o Deus três vezes santo?". A resposta fornecida pela história de Israel é enfaticamente negativa. A lição dada por meio disso para todas as gerações sucessivas da raça humana é escrita em linguagem inconfundível: se Israel falhou sob o pacto nacional de obediência externa e geral, quão impossível é para qualquer membro da descendência depravada de Adão prestar uma obediência espiritual e perfeita!

Quanto ao espírito disso, a lei moral contida no pacto sinaítico era a mesma lei da natureza sob a qual Adão foi criado e colocado no Éden — o décimo mandamento advertia que algo mais do que coisas exteriores eram requeridas por Deus; mas apenas aqueles que foram divinamente iluminados poderiam perceber isso. Foi somente depois que o Espírito Santo aplicou, poderosamente, o décimo mandamento à consciência de Saulo de Tarso é que ele percebeu pela primeira vez que era um transgressor interior da lei (Romanos 7:7 etc.). A grande massa da nação, cegada por sua autossuficiência e justiça própria, transformou o pacto sinaítico em um pacto de obras, elevando a serva à posição de esposa legítima — como Abraão fez com Agar. Gálatas 4 revela que, embora o pacto sinaítico fosse considerado subserviente ao Pacto da Graça, ele servia para fins práticos importantes; mas quando Israel perversamente o elevou a um lugar que Deus designou que fosse ocupado pela melhor aliança, ele se tornou um obstáculo e uma mãe fértil que gera filhos para a escravidão.

O erro grave em que muitos dos judeus caíram em relação ao desígnio de Deus ao lhes dar a sua lei foi perpetuado, embora de

forma modificada, por alguns dos nossos teólogos. Isso é devido à sua incapacidade de reconhecer adequadamente a condição de Israel no Sinai; uma vez que vemos o que eles já possuíam, isso acaba com ideia de que a lei pretendia conceder a mesma coisa a eles. Quando foi que eles receberam a lei divina do Senhor? Não enquanto ainda estavam na terra do Faraó, nem enquanto estavam no lado egípcio do Mar Vermelho, mas depois de terem sido completamente libertados de seus capatazes. Então fica claro além de contradição, que, desde o tempo de sua introdução, a lei não foi dada a Israel para livrá-los do mal ou para que eles obtivessem bênçãos. Ela não poderia, devido ao seu propósito, livrá-los da morte ou obter o favor de Deus, pois tais bênçãos já pertenciam a eles!

É de grande importância manter distintamente em vista o que a lei nunca foi projetada para efetuar. Se nós a exaltarmos a uma posição que ela nunca foi destinada a ocupar ou esperarmos benefícios que ela nunca foi capaz de produzir, então nós não apenas erraremos em nossas próprias compreensões como também nos privaremos de qualquer conhecimento claro da dispensação à qual ela pertenceu. Foi para definir o lado negativo da lei — quanto ao que não pretendia obter — que o apóstolo declarou: “Mas digo isto: Que tendo sido a aliança anteriormente confirmada por Deus em Cristo, a lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não a invalida, de forma a abolir a promessa. Porque, se a herança provém da lei, já não provém da promessa; mas Deus pela promessa a deu gratuitamente a Abraão” (Gálatas 3:17-18). Isso é decisivo, mas talvez algumas palavras de explicação ajudem o leitor a compreender mais facilmente seu significado.

Foi porque os judeus, em sua maior parte, passaram a considerar sua obediência à lei como aquilo em que consistia seu

direito à herança e porque alguns dos judaizantes estavam começando a corromper os convertidos da Galácia com o fermento da autojustificação, que o apóstolo foi aqui movido pelo Espírito para evidenciar esse mal e para expor o erro básico do qual ele procedeu. Ele pressiona sobre eles os fatos bíblicos sobre a natureza e o desígnio do pacto de Yahwéh com Abraão, o qual ele declara ser “confirmado por Deus em Cristo”. É dito sobre a promessa do pacto a Abraão que ele foi feito “em Cristo”, primeiro porque preeminente dizia respeito a ele; e segundo, porque tinha em vista o Pacto de Redenção que ele deveria estabelecer. O ponto particular que o apóstolo enfatizava agora era que o pacto abraâmico expressamente conferia à sua posteridade, como dom gratuito de Deus, a herança da terra de Canaã — e isso implicava em sua libertação da terra da servidão e em sua passagem segura pelo deserto, as quais eram necessárias para sua entrada na posse dela.

Assim, o apóstolo deixou inequivocamente claro que o direito de Israel a Canaã não poderia ser readquirido por uma justiça da lei realizada pessoalmente por eles próprios, pois em tal caso a lei revogaria o pacto da promessa e, portanto, a revelação posterior que Deus fez no Sinai faria ruir o fundamento do que ele havia estabelecido em suas promessas a Abraão. O fato de que o Senhor nunca quis que a lei interferisse nos dons e promessas do pacto abraâmico, fica bastante claro a partir do que ele disse a Israel imediatamente antes de a lei ser formalmente anunciada desde o Sinai: Vós tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águias, e vos trouxe a mim; agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos, porque toda a terra é minha. E vós me sereis um reino sacerdotal e o povo santo.

Estas são as palavras que falarás aos filhos de Israel (Êxodo 19:4-6).

Pode ser visto a partir da citação acima que Deus se dirigiu a Israel como se este já estivesse em uma relação muito abençoada para com ele, como é evidenciado por eles serem os objetos de seu amor e fidelidade. Deus apelou para as provas que ele havia dado quanto a isso como sendo não apenas suficientes para fazer seus corações descansarem, mas também para encorajá-los a esperar o que ainda poderia ser necessário para completar sua felicidade: “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz”, não foi porque vocês me obedeceram que eu agi tão poderosamente em seu favor; mas fiz essas coisas para que vocês se rendessem a mim em sujeição amorosa e fiel. Assim também ele prefaciou os Dez Mandamentos com a expressão: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão” (Êxodo 20:2). Deus fundamenta suas reivindicações à obediência deles com base na graça que ele já havia concedido a eles!

(Por muito nos primeiros parágrafos desse artigo estamos em dívida com uma discussão habilidosa do caráter do pacto sinaítico feita por Robert Balfour, que apareceu na *British and Foreign Evangelical Review* [Revista evangélica britânica e estrangeira], de julho de 1877.)

Parte 4

Quando Deus estabeleceu seu pacto com Abraão, disse a ele: “Então disse a Abrão: Saibas, de certo, que peregrina será a tua descendência em terra alheia, e será reduzida à escravidão, e será afligida por quatrocentos anos, mas também eu julgarei a nação, à qual ela tem de servir, e depois sairá com grande riqueza” (Gênesis 15:13-14). Consequentemente, quando se aproximava o tempo para a execução do julgamento de seus opressores, a servidão de Israel atingira seu ponto extremo e a amargura de sua escravidão despertara em suas mentes um sincero desejo de libertação. A disciplina divina era uma parte essencial da preparação deles para os benefícios que Deus planejou conceder-lhes. Ao mesmo tempo em que esses eventos ocorriam, Moisés foi levantado como o instrumento de sua libertação e foi divinamente qualificado para o trabalho designado a ele.

Moisés, agindo sob as orientações divinas e executando uma série de juízos notáveis sobre o Egito, extraiu de Faraó uma permissão relutante para partir de sua terra, com todas as suas posses. Esses julgamentos foram concebidos não apenas para proporcionar uma confutação prática da idolatria dos egípcios e uma retribuição por sua opressão cruel ao povo de Deus, porém, mais particularmente, para fazer uma reivindicação pública da supremacia de Yahwéh aos olhos das nações vizinhas e, ao mesmo tempo, para influenciar os corações de seu próprio povo, de modo a induzir um sincero reconhecimento de Deus e uma obediência pronta e alegre a ele. Seguramente, nenhum procedimento poderia ter sido mais adequado para alcançar esses fins. As manifestações do poder divino que Israel havia testemunhado, a notável distinção

que foi feita entre eles e os egípcios — o que lhes preservou das pragas que feriram seus opressores e sua fuga milagrosa do julgamento que destruiu os egípcios no Mar Vermelho — foi algo muito adequando para produzir neles efeitos profundos e duradouros.

Todos esses eventos impressionantes eram tão sugestivos que era impossível que mesmo os mais cegos entre eles pudessem ser insensíveis à intervenção de Deus para sua libertação. Tais eventos foram bem projetados para despertar uma profunda convicção da presença divina no meio deles de uma maneira especial. Tais manifestações do poder, fidelidade e graça de Deus em favor deles visavam produzir neles uma disposição pronta a cumprir toda sugestão de sua vontade santa. Ele lidou com eles de uma maneira que não lidou com nenhum outro povo. O quanto eles necessitavam dessas lições práticas e o quão pouco realmente se beneficiaram delas, foi demonstrado por sua conduta posterior.

O Senhor conhecia bem suas condições morais — sua fraqueza de coração, sua perversidade e sua incredulidade. A fim de prepará-los mais eficazmente para o futuro imediato, bem como para estabelecer formalmente esse pacto pelo qual Deus indicou a relação que graciosamente teve o prazer de manter para com eles e os princípios pelos quais seu futuro lidar para com eles seria regulado, ele os guiou pelo deserto e os levou ao Sinai. Ali o Senhor concedeu uma nova manifestação de sua glória — em meio a trovões e relâmpagos, chamas e fumaça. Deus entregou ao povo as Dez Palavras. O objetivo de Deus nessa transação solene foi claramente declarado através da linguagem empregada na passagem imediatamente anterior (veja Êxodo 19:5-6). Embora a lei dos Dez Mandamentos constituísse a característica principal do

pacto sinaítico e tenha dado a toda a transação o seu caráter distintivo, contudo, não devemos concluir que ela se limitou a isso.

É verdade que Deus não adicionou nada mais aos Dez Mandamentos naquele momento não porque não houvesse nada mais a ser revelado, mas porque as pessoas ficaram aterrorizadas e suplicaram que Moisés fosse o mediador de toda comunicação adicional (Deuteronômio 5:24-27). Assim, encontramos que a própria lei foi seguida por vários estatutos (capítulos de 21 a 23 do livro de Êxodo), que eram em parte explicativos dos grandes princípios da lei, e em parte comandavam as ordenanças para a regulamentação de sua adoração — que mais tarde recebeu muitos acréscimos. Tanto a lei básica quanto os estatutos subsidiários foram imediatamente colocados no registro permanente, e tudo isso foi selado e tido como o “livro da aliança”, o qual foi lido aos ouvidos do povo e depois foi aspergido sangue sobre eles (Êxodo 24:4-8). Foi a essa ratificação solene desse pacto a que o apóstolo se referiu em Hebreus 9:18-20 — isso consistiu em uma repetição substancial da mesma cerimônia simbólica que ocorreu por ocasião do estabelecimento dos pactos anteriores.

Portanto, por um lado, os Dez Mandamentos eram a característica mais proeminente e distintiva do pacto sinaítico e, por outro, ele abrangia todo o conjunto dos estatutos e juízos que Deus deu a Moisés para o governo de Israel tanto no que diz respeito à sua esfera civil como em seu âmbito religioso. Eles formaram um código no qual a lei moral e a lei cerimonial foram combinadas de uma maneira peculiar à constituição especial sob a qual a nação de Israel foi estabelecida. Do ponto de vista geral, o aspecto civil possuía um aspecto religioso, e o religioso, um aspecto civil, em um sentido não encontrado em nenhum outro lugar. Todos os detalhes daquele código legal não eram igualmente importantes — algumas

coisas eram tão vitais para ele a ponto de que sua violação implicava em uma renúncia prática ao pacto. Outras coisas eram subordinadas e foram ordenadas porque eram necessárias para alcançar o grande objetivo que se tinha em vista. Todavia, todas essas coisas eram partes de um único pacto, o qual exigia uma obediência pronta e sincera.

Nos parágrafos acima, voltamos propositalmente para o início dos lidares de Deus para com Israel como nação, a fim de mostrar mais uma vez quão singular era a economia mosaica, pois havia muita coisa relacionada a ela que, segundo a própria natureza do caso, não tem paralelo sob a atual ordem de coisas sob o evangelho. O pacto sinaítico foi o fundamento daquela constituição política da qual o povo de Israel desfrutava; em consequência disso, Yahwéh mantinha uma relação especial para com eles. Ele não era apenas o Deus de toda a terra (Êxodo 19:5), mas, em um sentido peculiar, era o rei e legislador de Israel. Qualquer tentativa da parte deles de mudar o sistema divinamente instituído da lei, dado por seu governo, foi expressamente proibido: “Não acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardeis os mandamentos do Senhor vosso Deus” (Deuteronômio 4:2). Aquele código legal era completo em si mesmo, isto é, à medida que era considerado em relação à condição particular daquele povo para cujo governo se destinava.

> É de grande importância para a interpretação correta de muitas passagens do Antigo Testamento que essa particularidade seja bem compreendida e mantida em vista. Yahwéh é muito frequentemente representado como o Senhor e Deus de todos os antigos israelitas; mesmo quando é manifesto que multidões deles foram considerados como destituídos de piedade interior e

outros tantos como extremamente perversos. Como, então, ele poderia ser chamado de seu Senhor e seu Deus, em distinção de sua relação com os gentios (visto que também era o Criador, Benfeitor e Soberano deles), exceto com base no pacto sinaítico? Ele era seu Senhor, como sendo o soberano a quem, por uma transação federal, eles eram obrigados a obedecer, em oposição a todo monarca político, que presumisse em qualquer momento os governar por meio leis de sua autoria. Ele era o seu Deus, como o único objeto de adoração santa; e quem, pelo mesmo pacto nacional, eles tinham solenemente se comprometido em servir de acordo com a sua própria regra, em oposição a todo ídolo pagão.

Mas visto que essa relação nacional entre Yahwéh e Israel foi dissolvida a muito tempo, e que o judeu já não possui nenhuma prerrogativa a mais do que o gentio; a natureza da economia do evangelho e o reino do Messias absolutamente proíbem nossa suposição de que judeus ou gentios têm direito de chamarem o Soberano do Universo de seu Senhor, ou seu Deus, enquanto eles não prestarem uma obediência e uma adoração espiritual a ele. É por causa disso — seja por falta de entendimento ou por não considerarem a natureza, o aspecto e a influência da constituição do Sinai — que muitas pessoas imaginam que se refere à Nova Aliança um grande número de passagens embora essa referência nunca tenha passado pela mente de Moisés e os profetas; antes, eles tinham a convenção em Horebe

diretamente em vista. É devido a essa mesma ignorância ou negligência, que outros argumentam a partir de várias passagens do Antigo Testamento a favor de uma justificação diante de Deus por meio de sua própria obediência e contra a perseverança final dos santos verdadeiros.

Outrossim, como ninguém, senão os cristãos verdadeiros são os súditos do reino de nosso Senhor, nem os adultos e nem as crianças podem tornar-se membros da igreja, sob o evangelho, em virtude de uma aliança exterior ou de uma santidade relativa. Há uma disparidade impressionante entre a igreja judaica e igreja cristã. Nós podemos ter certeza quanto a essa diferença ao considerarmos que uma santidade meramente relativa [ou seja, uma santidade que decorre apenas de pertencer à nação escolhida por Deus] supõe que os que a possuem sejam o povo de Deus em um sentido meramente externo, que tal povo exterior, supõe uma aliança exterior ou uma aliança que diz respeito à conduta exterior e a bênçãos temporais; um pacto exterior supõe um rei exterior. Ora, um rei exterior é um soberano político, mas tal não é o caso de nosso Senhor Jesus Cristo e nem do Pai celestial.

No entanto, sob a dispensação do evangelho essas peculiaridades não têm existência. Porque Cristo não fez uma aliança externa com qualquer povo. Ele não é o rei de qualquer nação particular. Ele não habita em um palácio feito por mãos. Seu trono está no santuário celestial; nem ele concede a sua presença visível a

> qualquer lugar na terra. A parede de separação entre judeus e gentios foi derrubada e, consequentemente, nosso soberano divino não permanece relacionado a qualquer povo ou a qualquer pessoa de modo a conferir uma santidade relativa ou a produzir uma santidade exterior.
>
> O pacto feito em Horebe se tornou obsoleto há muito tempo e o mesmo se aplica a todas as suas peculiaridades; entre as quais, a santidade relativa foi feita uma figura notável. Após aquela constituição nacional ter sido abolida, findou-se o governo político de Yahwéh. Portanto, o pacto atualmente em vigor e a verdadeira relação de nosso Senhor para com a igreja são inteiramente espirituais. Toda aquela santidade externa das pessoas, lugares e das coisas que existia sob a antiga economia se foi para sempre; de modo que se os professos do cristianismo não possuem uma verdadeira santidade interna, eles não têm absolutamente nenhuma santidade. A confederação nacional que ocorreu no Sinai é expressamente contrastada, nas Sagradas Escrituras, com a Nova Aliança (veja Jeremias 31:31-34; Hebreus 8:7-13), e embora essa última manifestamente prevê santidade interna, com relação a todos os seus pactuantes, todavia, ela não diz uma palavra sobre alguma santidade relativa (Abraham Booth, 1796) [1].

Então, Yahwéh era rei em Israel: sua autoridade era suprema. Ele deu a terra em que os israelitas habitavam, estabeleceu as condições sob as quais deveriam possuí-la, deu a conhecer as leis que deviam obedecer e levantava de vez em quando, quando era

necessário, líderes e juízes, que por um tempo exerciam, sob Deus, autoridade sobre eles. Isso é o que é significado pelo termo “teocracia” — um governo administrado, sob certas limitações, diretamente pelo próprio Deus. Tal relação como a que Yahwéh sustentou para com Israel, condenando toda a idolatria e exigindo sua separação de outras nações, regulamentou em grande parte a legislação sob a qual eles foram colocados. No que dizia respeito à justiça entre homem e homem, havia, claro, muito que admitia uma aplicação universal, pois estava baseada em princípios comuns e inalteráveis de equidade; mas havia também muitos decretos que derivavam sua constituição peculiar das circunstâncias especiais da nação. Até mesmo o exame mais superficial do Pentateuco é suficiente para mostrar isso.

Os livros de Moisés revelam as provisões singulares feitas para uma nação gerir a si mesma, cuidadosamente cercada e protegida do perigo moral externo, na medida em que os arranjos civis pudessem efetuar esse fim. De fato, foi dado um encorajamento a estrangeiros para que renunciassem à idolatria, se convertessem à fé de Israel e passassem a habitar entre eles, embora não lhes fosse permitido ter qualquer participação na herança terrena. Entretanto todas as relações e alianças espúrias com qualquer pessoa de uma nação estrangeira eram rigorosamente proibidas. Foi provida a lei do jubileu, que assegurava a cada família um direito perpétuo sobre a propriedade que lhe pertencia; as restrições ao casamento; o desencorajamento prático do comércio; os obstáculos colocados no caminho da guerra agressiva — contido na proibição da criação de cavalaria, que então era a força principal dos exércitos; todos esses possuíam caráter restritivo e ilustravam essa exclusividade especial do judaísmo.

A natureza do governo imediato de Deus envolveu uma providência especial como essencial para a administração dele. É verdade que as recompensas e punições eternas não foram empregadas para esse propósito, porque as nações, como tais, não existirão no porvir. No julgamento, os homens não serão tratados de acordo com a nação em que estavam inseridos, mas em sua capacidade individual. No entanto, não se deve inferir que Israel não tinha conhecimento de um estado futuro, pois eles tinham; contudo, esse conhecimento não poderia ser formalmente empregado para impor sua obediência civil. As relações sociais são um assunto deste mundo, e as leis que as regulam devem encontrar suas sanções em considerações baseadas nos meros interesses da presente vida. Consequentemente, Deus, como o líder político de Israel, por providências especiais e extraordinárias, insinuou sua aprovação ou desprazer segundo demandava a conduta deles. Prosperidade, paz e abundância de coisas materiais eram as recompensas da obediência nacional; guerras, fome e peste eram a punição pelos pecados da nação. Toda a história da nação mostra com que constância esse princípio esteve em vigência para com ela.

Tal era, então, a natureza e a forma da constituição conferida a Israel; contudo, deve ser lembrado que os grandes benefícios envolvidos não foram fruto do pacto sinaítico. É verdade que o desfrute contínuo desses benefícios dependia de sua obediência àquela aliança, mas sua doação original era o efeito do pacto abraâmico. Eles foram definitivamente lembrados desse fato por Moisés: “O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos; mas, porque o Senhor vos amava, e para guardar o juramento que fizera a vossos pais” (Deuteronômio 7:7-8). Em consonância com

isso, descobrimos que quando surgiram crises graves por causa de seus pecados, aqueles que intercediam diante de Deus em seu favor buscaram perdão com base nas promessas feitas a Abraão (Veja Êxodo 32:13; Deuteronômio 9:27; 2 Reis 13:23).

Por graça imerecida e soberana, os israelitas foram escolhidos para ser o povo de Deus, e sua obediência não se destinava a comprar vantagens e proteção que ainda não possuíam, mas a preservar para eles a posse daquilo que Deus já havia concedido. Isso é o que indicou o lugar que a lei moral ocupou em relação à nação de forma geral. Ela pôs em prática o reconhecimento da relação existente entre o povo e Deus: ele havia escolhido, redimido e feito deles seu povo, e agora era privilégio e dever deles de viverem em sujeição a ele. A lei moral colocou diante deles o caráter e a conduta que essa relação requeria, e da qual dependia sua perpetuação, com todas as vantagens relacionadas a ela. “E ser-me-eis santos, porque eu, o Senhor, sou santo, e vos separei dos povos, para serdes meus” (Levítico 20:26). Ao mesmo tempo, ela era o padrão pelo qual seu código político era moldado, tanto quanto suas circunstâncias permitiam.

O lugar que a lei moral ocupava, os termos expressos nos quais o amor a Deus era imposto como princípio condutor (Deuteronômio 6:5) e as circunstâncias solenes sob as quais foi dada, todas essas coisas eram adequadas para ensinar ao povo que algo mais era exigido deles do que um desempenho mecânico de deveres — algo em seu coração e estado interior, sem o qual nenhum serviço que eles fossem capazes de realizar poderia encontrar a aprovação do Santo. Supor que uma mera conformidade externa à lei era tudo o que se esperava do povo é ignorar as afirmações mais claras e os fatos mais óbvios registrados no Antigo Testamento. Deus requeria a verdade “no íntimo” (Salmo

51:6), e dezenas de passagens revelavam o fato de que nada além de um estado correto de coração para com ele poderia assegurar a correta execução do serviço que ele ordenou. Nada além da cegueira que o pecado ocasionou poderia ter tornado os israelitas insensíveis a essa verdade básica, caso contrário as acusações trazidas contra eles por Cristo teriam sido completamente infundadas e sem sentido; teria sido sem sentido que Cristo os denunciasse por buscarem limpar o exterior enquanto eles estavam cheios de corrupção interna.

Parte 5

A lei moral (os Dez Mandamentos), que formava uma característica tão proeminente e distintiva do pacto sinaítico, era acompanhada por muita coisa que era de natureza evangélica. Isso consistia não tanto em anunciar algo que era absolutamente novo como em dar maior plenitude, precisão e significância ao que já havia sido revelado. É verdade que isso foi comunicado em grande parte por meio de símbolos, mas a instrução dada por eles foi ao mesmo tempo muito impressionante e adaptada à condição de Israel. Enquanto no Egito, eles não estavam em uma situação que admitisse qualquer extensão dos meios de culto. Porém agora eles estavam prestes a ocupar seu lugar como uma nação independente, em seu próprio país. Havia chegado a hora da designação formal das instituições e ordenanças que a regulamentação de sua vida religiosa exigia. Além disso, isso se tornou mais necessário a partir da proeminência que foi dada à lei moral nessa economia.

Projetada para ser subserviente aos grandes propósitos do pacto anterior, era necessário que a lei fosse contrabalançada por uma revelação mais completa e instrutiva das grandes verdades que aquele pacto continha, a fim de que a lei não as anulasse ou neutralizasse. Devemos sempre ter em mente que o pacto de Deus com Abraão não foi, de forma alguma, substituído ou suspenso pela revelação dada por meio de Moisés; o pacto abraâmico ainda estava em vigor e com força inabalável. A lei era, na realidade, uma “adição” a esse pacto e foi destinada a proteger os que participavam dele de maneira mais eficaz. Portanto, era apropriado que a graça e a misericórdia dadas a Abraão recebessem tal ampliação e ilustração a ponto de fazer da lei não um obstáculo, mas uma serva

para a recepção, em fé, de sua verdade. A graça do pacto abraâmico e a lei de Moisés tiveram uma importante relação mútua. Elas lançaram luz uma sobre a outra e, combinadas, foram projetadas para assegurar um fim comum.

Então, foram as instituições levíticas que forneceram a instrução mais ampla que as circunstâncias da nação agora tornavam necessárias. Em primeiro lugar, as instruções dadas para a manifestação pública da comunhão e das relações com Deus, que era privilégio de Israel desfrutar. Um santuário deveria ser edificado segundo o padrão que foi revelado a Moisés no monte, mas os materiais que seriam usados para construí-lo deveriam ser supridos pelas ofertas voluntárias do povo — insinuando que, por um lado, tudo deve ser regulado pela vontade divina, mas que, por outro, somente uma adoração voluntária e espontânea era aceitável. O tabernáculo era ao mesmo tempo um penhor de que Deus habitava entre eles e um meio visível de desfrutar daquela comunhão com Deus, à qual ele graciosamente os admitira — era um memorial perpétuo dele e uma ajuda para treiná-los para apreensões mais espirituais da adoração de Deus que só o evangelho revelou e realizou plenamente.

Um sacerdócio foi nomeado, contudo, um sacerdócio que apresentou um contraste marcante em relação àqueles que existiam em outras nações. Entre os pagãos, o sacerdócio era composto de uma casta distinta, um grupo de homens separado e que até mesmo estava em antagonismo com relação àqueles a quem eles oficiavam; além disso, tal grupo costumava ser caracterizado por todo o orgulho e tendências tirânicas que as distinções de casta geram. Mas o sacerdócio hebreu pertencia a todas as pessoas, o que foi demonstrado em seu chamado divino. Uma família somente, a casa de Arão, foi autorizada a entrar no lugar sagrado da casa do

Senhor e oficiar em favor do povo. Quando o sumo sacerdote entrava no Santo dos Santos, ele levava os nomes de todas as tribos no peitoral e confessava todas as suas transgressões. Assim, a alta honra de ter permissão para se aproximar de Deus foi ensinada de modo impressionante ao povo, a santidade de sua casa foi enfatizada e o foi dado testemunho sobre o obstáculo que o pecado impôs.

Um sistema de sacrifícios elaborado foi ordenado. Esses sacrifícios não foram apenas incorporados às instituições de adoração, mas foram explicativos de sua importância e propósito. Eles foram designados para expiar a culpa das ofensas cometidas, como a declaração que diz expressamente que “a vida da carne está no sangue; pelo que vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pelas vossas almas” (Levítico 17:11). Um dia era separado anualmente para que a expiação fosse feita formalmente pelos pecados do povo (Levítico 16), e os serviços elaborados dessa expiação eram organizados de modo a concentrar em si, da maneira mais impressionante, as várias lições que os sacrifícios inculcaram. Que esses sacrifícios não podiam, por si mesmos, tirar pecados, é indicado pela própria repetição deles, e o fato de que havia certos pecados pelos quais nenhum sacrifício deveria ser oferecido, mostravam ainda mais sua limitação. No entanto, eles asseguraram a fé de que Deus era gracioso, forneciam uma base de esperança e davam um encorajamento para que eles se entregassem sem reservas ao seu Deus, que era justo e misericordioso.

Não estamos prolongando esses artigos apenas para preencher o espaço, mas com o propósito especial de procurar ajudar aqueles que foram enganados pelos “dispensacionalistas” e outros que foram enganados por conclusões injustificáveis extraídas das premissas do Antigo Testamento. O que foi apontado acima

deveria tornar evidente que eles estão completamente errados ao supor que a economia mosaica era puramente um pacto de obras que não dava esperança aos transgressores. Deus nunca fez uma promulgação da lei aos homens pecadores a fim de mantê-los sob a mera lei, sem também colocar diante deles a graça do Pacto da Redenção, pela qual eles poderiam escapar da ira que a lei ameaça. A terrível maldição de Deuteronômio 27:26 não deve ser enfatizada em detrimento da maravilhosa bênção de Números 6:24-27. A justiça da lei moral foi temperada pela misericórdia da lei cerimonial, e a “severidade” do pacto sinaítico foi atenuada pela “bondade” do pacto abraâmico cuja administração ainda estava em vigor.

> As dispensações legais e evangélicas foram apenas diferentes dispensações do mesmo Pacto da Graça e das bênçãos dele. Embora haja agora um maior grau de luz, consolação e liberdade, contudo se os cristãos estão agora sob um reino de graça onde há perdão através do arrependimento, o povo do Senhor sob o Antigo Testamento estavam (quanto à realidade e substância das coisas) também sob um reino de graça (James Fraser).
>
> “Ora, irmãos, não quero que ignoreis que nossos pais estiveram todos debaixo da nuvem, e todos passaram pelo mar. E todos foram batizados em Moisés, na nuvem e no mar, e todos comeram de uma mesma comida espiritual, e beberam todos de uma mesma bebida espiritual, porque bebiam da pedra espiritual que os seguia; e a pedra era Cristo” (1 Coríntios 10:1-4). À luz dessa passagem como um todo, ser “batizado em Moisés” só pode significar que ele está

> ali estabelecido como o ministro da graça, como um salvador típico que os tirou do Egito.

O tabernáculo, o sacerdócio e as ofertas levíticas eram, na verdade, uma amplificação e explicação da graça revelada nas promessas do pacto abraâmico. O lugar que a lei moral ocupou na economia mosaica e sua relação com essa graça é claramente definida em: “Logo, para que é a lei? Foi ordenada por causa das transgressões, até que viesse a posteridade” (Gálatas 3:19). No Sinai, Deus não deu a lei como uma mensagem que explicava como a justificação poderia ser obtida por obediência a ela, pois tal obediência como ela exigia era impossível ao homem caído. Nesse caso, a lei não teria sido “adicionada” à “promessa”, antes estava em oposição direta a ela. O versículo anterior deixa claro que se a lei tivesse sido estabelecida para tal fim, ela teria anulado completamente a promessa: “Porque, se a herança provém da lei, já não provém da promessa; mas Deus pela promessa a deu gratuitamente a Abraão” (v. 18).

Portanto, longe de a economia mosaica anular as promessas abraâmicas, ela foi “adicionada” a elas. Se essa economia tivesse sido exclusivamente de obras (como alguns de nossos dias imaginam), então todo o Israel teria sido condenado no primeiro dia em que ela foi instituída. Se tivesse sido um estrito regime de lei, não temperado pela misericórdia, então nenhum perdão estaria disponível (o que contradiz categoricamente Levítico 26:40-46) e, em tal caso, o pacto sinaítico não poderia ter sido contado entre as bênçãos concedidas a Israel (Romanos 9:4). A palavra “acrescentada” em Gálatas 3:19 prova que a dispensação da lei não foi estabelecida como algo distinto por si só, mas serviu como um apêndice à graça do pacto abraâmico. Em outras palavras, a lei moral e a lei cerimonial que a acompanhava foram dadas com fins

evangélicos: mostrar aos pecadores sua necessidade de Cristo e indicar como ele atenderia a essa necessidade.

Novamente, se a lei tivesse sido promulgada com base na ira divina, não objetivando nada além da morte, então ela estava nas mãos de um carrasco e não, como Gálatas 3:19 declara, “nas mãos de um medianeiro”. cujo ofício é efetuar a reconciliação. Isso é o que fornece a chave e explica a afirmação muito disputada e pouco compreendida do versículo seguinte: “Ora, o medianeiro não o é de um só, mas Deus é um” (Gálatas 3:20). “Deus é um” significa que seu propósito e desígnio são os mesmos em ambos os pactos abraâmico e sinaítico; em outras palavras, a lei foi publicada tendo um fim gracioso em vista. Portanto, quando o apóstolo faz a pergunta definitiva: “A lei é contra as promessas de Deus” (isto é, ela contraria ou anula a revelação graciosa feita a Abraão), a resposta enfática é: “De nenhuma sorte” (v. 21).

No artigo do mês passado, afirmamos que o pacto sinaítico era um pacto que prometia aos israelitas como um povo certas bênçãos materiais e nacionais, sob a condição de que prestassem a Deus uma obediência geral à sua lei. Deixe-me agora assinalar que algo maior era necessário para a comunhão individual com o Senhor. Isso fica claro em uma passagem como esta: “SENHOR, quem habitará no teu tabernáculo? Quem morará no teu santo monte? Aquele que anda sinceramente, e pratica a justiça, e fala a verdade no seu coração. Aquele que não difama com a sua língua, nem faz mal ao seu próximo, nem aceita nenhum opróbrio contra o seu próximo” (Salmos 15:1-3). Nenhuma complacência mecânica ou relaxada para com as exigências da lei seria suficiente: a glória de Deus está inseparavelmente ligada aos interesses da justiça e não pode haver retidão onde o coração está separado dele.

Semelhantemente, lemos também: “Quem subirá ao monte do Senhor, ou quem estará no seu lugar santo? Aquele que é limpo de mãos e puro de coração, que não entrega a sua alma à vaidade, nem jura enganosamente. Este receberá a bênção do Senhor e a justiça do Deus da sua salvação” (Salmos 24:3-5). Aqui foi descrito o caráter dos verdadeiros adoradores de Deus, em contraposição aos hipócritas. “Subir ao monte do Senhor, estar em seu lugar santo e permanecer em seu tabernáculo” eram apenas expressões usadas em linguagem figurada para denotar companheirismo espiritual com o Altíssimo. É impressionante notar que ambas as passagens examinadas foram concedidas por Deus no momento em que o serviço de culto do tabernáculo estava prestes a ser renovado (por Salomão) e ganhar maior esplendor: essas passagens foram claramente projetadas como uma advertência para o povo de que qualquer que fosse a solenidade da adoração pública, isso de nada lhes aproveitaria, se primeiramente uma justiça prática não fosse encontrada naquele que adora.

Devemos observar especialmente que nas passagens supracitadas, não era tanto em relação à justiça da lei em geral que o salmista insistia, mas ao estabelecimento da segunda tábua, porque os hipócritas e formalistas têm muitas maneiras de falsificar as obras da primeira tábua. O mesmo princípio foi pressionado pelos profetas repetidas vezes: Que fazes tu em recitar os meus estatutos, e em tomar a minha aliança na tua boca? Visto que odeias a correção, e lanças as minhas palavras para detrás de ti. Quando vês o ladrão, consentes com ele, e tens a tua parte com adúlteros. Soltas a tua boca para o mal, e a tua língua compõe o engano. Assentas-te a falar contra teu irmão; falas mal contra o filho de tua mãe (Salmos 50:16-20) Entretanto, em sua cegueira e autocomplacência, eles ousaram falar dos estatutos de Deus e

pregar sobre sua aliança. Mas nenhuma adesão exterior à adoração de Yahwéh poderia ser aceita enquanto os mandamentos divinos fossem pisoteados.

Isaías foi ainda mais severo em suas denúncias. Ele denunciou aqueles que fingiam grande respeito pelo templo, multiplicando suas ofertas, caminhando pelos santos átrios, participando das festas com muita diligência e fazendo “muitas orações”; o profeta se dirigiu a eles como os “governantes de Sodoma” e como o “povo de Gomorra”, e afirmou que seus sacrifícios e performances religiosas causavam nojo em Deus, que a alma dele “odiava” tais pretensões e que ele não escutaria as suas orações porque eles oprimiram o necessitado, o órfão e a viúva (Isaías 1:10-17). Não havia sinceridade em suas devoções — posar de piedosos na casa do Senhor enquanto a iniquidade enchia suas próprias casas era uma ofensa grave. Por isso, ele disse que as ofertas oferecidas por eles sobre o altar eram “ofertas mentirosas” (é assim que a expressão “ofertas vãs” que aparece no versículo 13 deveria ser traduzida), e toda essa sua adoração era uma abominação aos olhos daquele que é Santo.

Da mesma maneira ouvimos Jeremias dizer:

> Melhorai os vossos caminhos e as vossas obras, e vos farei habitar neste lugar. Não vos fieis em palavras falsas, dizendo: Templo do Senhor, templo do Senhor, templo do Senhor é este. Mas, se deveras melhorardes os vossos caminhos e as vossas obras; se deveras praticardes o juízo entre um homem e o seu próximo; se não oprimirdes o estrangeiro, e o órfão, e a viúva, nem derramardes sangue inocente neste lugar, nem andardes após outros deuses para vosso próprio mal, eu vos farei habitar neste lugar, na

> terra que dei a vossos pais, desde os tempos antigos e para sempre (7:3-7).

Assim, o profeta expôs e condenou a flagrante insensatez daqueles que confiavam no templo e em seus serviços para receber uma bênção, quando, por sua impiedade e obras iníquas, transformaram o templo em um covil de malfeitores. Ezequiel, também, repreendeu os religiosos hipócritas e mostrou como Deus não poderia se satisfazer com nada menos do que a realidade que era evidenciada pela justiça prática entre homem e homem (capítulos 18 e 33).

Portanto, por um lado havia um remanescente piedoso em Israel, que usava a lei “legitimamente” (1 Timóteo 1:8), fazendo com que sua espiritualidade e santidade os levassem de volta à graça e às promessas do pacto abraâmico, voltando-se para Deus como seu Redentor e Médico. É em passagens como o Salmo 119 que encontramos uma descrição da experiência deles. Houve uma percepção da excelência, da largura e da altura da lei divina; sua adequação à condição do homem, a bem-aventurança de estar de acordo com suas exigências e os sinceros anseios do coração piedoso por tudo que pertence a ela. Esses reconhecimentos e aspirações são intercalados com confissões de retrocessos, orações por misericórdia divina e graça restauradora, e novas resoluções são formadas na dependência da ajuda divina para resistir e lutar por conquistas mais elevadas na justiça que a lei impõe. Em muitas outras passagens, encontramos a consciência do pecado e da fraqueza moral levando a alma a buscar Deus suplicando por libertação e ajuda, especialmente para se apropriar da provisão graciosa realizada nos sacrifícios por expiação de culpa e restauração da paz à consciência atribulada.

Por outro lado, havia um número muito maior de ímpios em Israel que faziam um uso errado da lei, pervertendo o desígnio da constituição sinaítica, divorciando-a do pacto abraâmico. Eles fecharam os olhos para as profundezas e espiritualidade dos requisitos da lei, pois estavam determinados a alcançar uma justiça diante de Deus confiados em uma base meramente legal e, portanto, reduziram o Decálogo a um desempenho externo de certas regras de conduta. Isso, naturalmente, gerou um espírito servil, pois onde os deveres não são executados por motivos nobres e pelos impulsos da gratidão, eles necessariamente se tornam um fardo e são realizados somente tendo em vista a recompensa do salário. Tal espírito é o que movia os escribas e fariseus, que eram “mercenários” e não filhos. Além disso, tal degradação da lei só poderia resultar em formalidade e hipocrisia. Finalmente, aqueles que erraram assim com respeito ao lugar e ao espírito da lei não podiam olhar corretamente para o Messias, nem recebê-lo quando ele aparecesse.

Parte 6

Como vimos, o que caracterizou preeminentemente a dispensação mosaica foi a posição proeminente e dominante concedida à lei. Não somente essa dispensação foi formalmente inaugurada pelo próprio Yahwéh ao proclamar o Decálogo do Sinai — o êxodo do Egito e a jornada através do deserto foram apenas eventos introdutórios a ele — mas essas Dez Palavras receberam o lugar de honra suprema. As tábuas de pedra sobre as quais haviam sido inscritas foram designadas ao tabernáculo. Ora, o mais sagrado objeto do tabernáculo, o qual constituía o centro de todos os serviços relacionados a ele, era a arca. Ela era o símbolo especial da presença e fidelidade pactual do Senhor, pois em sua cobertura estava o trono no qual ele se sentava como rei em Israel. No entanto, aquela arca foi feita de propósito para abrigar as duas tábuas da lei, e foi chamada “a arca da aliança” simplesmente porque continha os artigos acordados nessa aliança. Assim, essas Dez Palavras foram claramente reconhecidas como contendo em si a soma e substância daquela justiça que a aliança exigia estritamente.

A própria posição, então, que as duas tábuas de pedra ocupavam, insinuou mais claramente que a observância da lei era o grande fim de Deus no estabelecimento do judaísmo. A lei, perfeita em seu caráter e perpétua em sua obrigação, formou o alicerce de todas as instituições simbólicas de culto que foram impostas posteriormente. Como o centro do judaísmo era o tabernáculo, assim também o centro do tabernáculo era a lei, pois a arca sagrada, que estava entesourada no Santo dos Santos, fora construída especialmente para abrigá-la. Assim, o adorador

atencioso dificilmente deixaria de perceber que a obediência à lei era a razão preeminente para a qual a economia levítica foi designada. Todo rito estritamente religioso e instituição ordenada por Deus por intermédio de Moisés tinham a intenção de impor os princípios e preceitos da lei, ou de servir como remédios para prover solução contra os males que inevitavelmente surgiriam de sua negligência e violação.

A relação real que existia entre a lei cerimonial e a lei moral não foi suficientemente reconhecida e, portanto, consideraremos agora com mais profundidade o verdadeiro desígnio e propósito espiritual do código levítico. O Decálogo em si era o fundamento do serviço do tabernáculo, todas as suas cerimônias simbólicas apontavam para ele como seu terreno comum e centro. Em outras palavras, as instituições cerimoniais eram inteiramente subservientes à justiça exigida pela lei. Lembremo-nos de que só depois que o pacto sinaítico foi formalmente ratificado é que o ritual do sistema levítico foi dado. Assim, o seu próprio lugar na história denota que a lei cerimonial deve ser considerada não como primária, mas apenas como um momento secundário na constituição do reino de Deus em Israel. Deus havia chamado Israel para ocupar um lugar de proximidade peculiar com ele mesmo, então ele primeiramente lhes deu a conhecer os grandes princípios da verdade e da justiça que deveriam regular suas vidas, e então isso deveria servir como um vínculo de comunhão visível para eles mesmos entre suas habitações; determinando tudo em relação com isso de tal maneira a impressioná-los com o caráter de seu Rei e com aquilo que ele os tornou como suprema súditos.

O mais impressionante era a subserviência da lei cerimonial à lei moral, em conexão com as nomeações divinas relativas ao tabernáculo. Tudo era para ser ordenado de acordo com o padrão

mostrado a Moisés no monte, enquanto o povo devia sinalizar sua prontidão em se submeter à vontade de Deus, contribuindo com os materiais necessários (Êxodo 25:2-9). Ora, a primeira coisa a ser feita não era a estrutura do próprio tabernáculo, nem o que pertencia ao átrio exterior, mas a arca da aliança (Êxodo 25:20-22), que era o repositório do Decálogo! A arca recebeu a precedência de tudo o mais — altar, pia, candelabro e mesa dos pães! Assim, foi claramente insinuado que a arca era a peça de mobiliário mais sagrada pertencente à casa de Deus — o centro do qual toda a comunhão espiritual com o Senhor deveria proceder e derivar seu caráter essencial. Desse modo, um elo inconfundível de conexão entre a lei cerimonial e a lei moral, e a subordinação de uma à outra, foi impresso desde o início sobre a própria constituição do tabernáculo.

Ora a principal lição inculcada pela lei cerimonial, proclamada por numerosos ritos e ordenanças, era que os santos e os justos têm acesso à comunhão e bênção de Deus; enquanto os impuros e ímpios são excluídos. Mas quem constituiu a primeira classe e quem fazia parte da outra? Não simplesmente aqueles que observaram, ou se recusaram a observar, a mera letra da lei cerimonial, mas sim aqueles que possuíam na realidade aquilo que nela era simbolizado, e isso foi averiguado apenas à luz do próprio Deus. Ele havia revelado seu caráter naquela lei de dever moral que tomou como o fundamento de seu trono e o centro de seu governo em Israel. Lá, o “prumo” do certo e do errado, do sagrado e do profano à vista de Deus, foi estabelecido, e o próprio código levítico implicou aquele “prumo”, e chamou a atenção dos homens para ele pelas suas múltiplas prescrições concernentes ao que é puro e imundo, contaminação e purificação.

As “diversas lavagens” da lei cerimonial e suas expiações sempre recorrentes por sangue apontavam para as impurezas existentes, mas o que muitos não conseguiram reconhecer é que essas próprias impurezas estavam como tais em desacordo com a lei da justiça. O Decálogo apontou, pela forma predominantemente negativa de seus preceitos, a tendência predominante na natureza humana ao pecado; e, da mesma forma, o código levítico faz com que todo o parto e nascimento ocasionasse uma fonte de impureza e, assim, perpetuamente reiterou aos ouvidos dos homens a lição que a corrupção estava apegada a eles, e que foram concebidos em pecado e gerados em iniquidade. A própria instituição de uma ordem de separação da presença imediata de Deus e a ministração, em nome da comunidade, dos ofícios mais sagrados da religião, eram um sinal visível para o povo acerca das verdadeiras deficiências e transgressões; isso era um testemunho permanente de que eles não eram santos segundo o elevado padrão de santidade exibido na lei do trono de Yahwéh.

> Também a distinção entre alimentos puros e impuros enquanto, por um lado, não os privou de nada que fosse necessário para satisfazer o paladar ou nutrir a vida corporal — pelo contrário a lei lhes concedeu, de fato, o que era mais adequado para ambos —, por outro lado, ainda serviu como um vigia diário em relação aos perigos espirituais que os cercavam e da necessidade de se exercitarem numa escolha cuidadosa entre uma classe de coisas e outra, e lembrou-lhes de um bem que devia ser seguido e de um mal a ser evitado. E então há toda uma série de impurezas surgindo do contato com o que é enfaticamente o salário do pecado: a morte ou a

> imagem pálida da morte, a lepra, que, onde quer que apareça, causa uma praga fatal no organismo natural e o faz uma presa certa para a corrupção. A própria vista e o contato com essas coisas constituem um chamado à humilhação, porque elas carregam consigo a triste evidência de que, embora fossem peregrinos com Deus, os homens ainda se encontravam em um lugar de corrupção e de morte (*The Revelation of Law in Scripture* [A Revelação da Lei nas Escrituras], de P. Fairbairn, 1869, a quem também estamos gratos por outros pensamentos nesse artigo).

À luz do que foi dito acima, será visto que “a lei das ordenanças carnais” continha instruções muito importante para o povo, isto é, não quando considerada por si mesma, mas quando considerada (de acordo com o seu próprio propósito) como um auxiliar para os Dez Mandamentos. Mas se a lei cerimonial fosse isolada deles e fosse considerada como possuindo um uso e valor independente, então sua mensagem repudiara categoricamente a verdade, pois, nesse caso, havia encorajado os homens a confiar na mera distinção externa e descansar nas observâncias corporais. Mas isso seria contraditória, e não complementar, ao Decálogo, pois coloca toda a ênfase no elemento moral, tanto no caráter divino quanto na obediência que ele requer de seu povo. Todavia, quando colocado em seu devido lugar de subordinação à lei moral, o código levítico forneceu instruções muito importantes para Israel, mantendo firmemente diante deles o fato de que o pecado trazia corrupção e privava da comunhão com o Santo.

O fato de que as ordenanças levíticas tinham apenas um valor subsidiário e que elas derivavam toda a sua importância da conexão em que estavam com os preceitos morais da lei, fica evidentes a

partir de outras considerações. Isso e claramente demonstrado pelo fato de que quando os juízos especiais do céu foram ameaçados contra o povo do pacto, nunca foi por negligenciar as ordenanças cerimoniais, mas sempre por violações flagrantes dos Dez Mandamentos — que o leitor reflita cuidadosamente sobre as seguintes passagens que provam isso: Jeremias 7:22-31; Ezequiel 8 e 18:1-3; Oseias 4:1-3; Amós 3:4-9; Miqueias 5 e 6. Outrossim, isso é evidente a partir do fato de que sempre que as condições indispensáveis de entrada para a casa de Deus e da comunhão permanente com ele são apresentadas, elas são vistas em conformidade com os preceitos morais, e não com as observâncias cerimoniais (Salmos 15 e 24). Finalmente, isso é evidente a partir do fato de que quando o povo exaltou o cerimonialismo acima da obediência prática, tal procedimento foi denunciado como idolatria e a prática de tais cerimônias foi rejeitada e considerada como um escárnio (veja 1 Samuel 15:22; Salmo 45:7; Isaías 1:2; Miqueias 6:8).

Tendo se debruçado sobre a relação que existia entre a lei cerimonial e a lei moral — a primeira é estritamente subserviente à outra, uma reitera o testemunho da outra concernente à santidade e ao pecado — consideremos agora outro aspecto bastante diferente dela. O próprio Decálogo proclamou as justas exigências do Senhor e, portanto, não fez concessões à desobediência e nem nenhuma provisão para os desobedientes; tudo o que fez foi ameaçar a condenação, e a penalidade terrível anunciada não poderia inspirar nada além de terror. Mas com o código levítico era bem diferente, pois havia um sacerdócio para desempenhar a função de um mediador, havia sacrifícios para obter perdão e havia ordenanças para purificação; e o desígnio deles era assegurar a restauração da comunhão com Deus para aqueles cujos pecados os excluíram de

sua santa presença. Assim, enquanto, por um lado, essas ordenanças estavam longe de amenizar o pecado, por outro lado, isso dava ocasião para que aqueles que se arrependiam e se humilhavam buscassem uma reconciliação misericordiosa com o Legislador.

Entretanto, deve ser cuidadosamente observado que Deus imprimiu limites muito definidos ao escopo dos sacrifícios expiatórios. E isso necessariamente deveria ser assim, pois se não houvesse restrições, se tivesse sido aberto o caminho, em todos os momentos, para que todos e qualquer um obtivessem remissão e purificação, então o código levítico poderia ser acusado de conceder uma licença corrupta e fatal, pois nesse caso, os homens poderiam ter continuado na prática deliberada do mal com a certeza de que mais sacrifícios expiariam sua culpa. Portanto, vemos a santidade divina temperar a misericórdia divina, designando sacrifícios apenas pelos pecados da ignorância, ou pelas impurezas que foram contraídas inadvertidamente ou inevitavelmente; enquanto que, para os transgressores flagrantes e intencionais dos Dez Mandamentos, nada restava além de um julgamento sumário. Assim, uma provisão graciosa foi feita para o que podemos denominar pecados de fraqueza, enquanto a justiça foi aplicada aos transgressores e desafiadores da lei.

A distinção para a qual acabamos de chamar atenção, ou a limitação feita no código levítico para a obtenção do perdão, é claramente expressa em Números 15:27-31:

> E, se alguma alma pecar por ignorância, para expiação do pecado oferecerá uma cabra de um ano. E o sacerdote fará expiação pela pessoa que pecou, quando pecar por ignorância, perante o Senhor, fazendo expiação por ela, e lhe será perdoado. Para o

> natural dos filhos de Israel, e para o estrangeiro que no meio deles peregrina, uma mesma lei vos será, para aquele que pecar por ignorância. Mas a pessoa que fizer alguma coisa temerariamente, quer seja dos naturais quer dos estrangeiros, injuria ao Senhor; tal pessoa será extirpada do meio do seu povo. Pois desprezou a palavra do Senhor, e anulou o seu mandamento; totalmente será extirpada aquela pessoa, a sua iniquidade será sobre ela.

Porém, enquanto havia essa grande diferença entre a lei cerimonial e a lei moral — visto que foi feita uma provisão de misericórdia para certos transgressores dela —, ainda assim, podemos claramente perceber como a sabedoria divina protegeu o Decálogo da desonra, pois ela preservou a justiça de suas demandas através das próprias limitações dessa provisão.

De modo que aqui, mais uma vez, o código levítico tomou emprestada a lei fundamental do Decálogo e obedeceu à sua autoridade suprema. Somente aqueles que piedosamente reconheciam essa lei, e em sua consciência se esforçavam para andar de acordo com seus preceitos, tinham qualquer direito e percepção nas provisões sancionadas para remover a transgressão. Tanto naquele tempo como agora, “andar nas trevas” ou aderir persistentemente à prática da iniquidade, era totalmente incompatível com desfrutar de comunhão com Deus — 1 João 1:6 (P. Fairbairn).

Porém, que seja ressaltado, por outro lado, que Deus é soberano, acima de toda a lei, e de maneira alguma está limitado às restrições que ele colocou sobre suas criaturas. Essa grande verdade sempre precisa ser clara e ousadamente proclamada como nunca em nossos dias, nos quais prevalecem generalizadamente

pontos de vista tão baixos e desonrosos a respeito de Deus. Quando Yahwéh se fez conhecer a Moisés, ele disse: “O Senhor, o Senhor Deus, misericordioso e piedoso, tardio em irar-se e grande em beneficência e verdade; que guarda a beneficência em milhares; que perdoa a iniquidade, e a transgressão e o pecado; que ao culpado não tem por inocente; que visita a iniquidade dos pais sobre os filhos” (Êxodo 34:6-7). Essa palavra preciosa estava sempre disponível para a fé, como Números 14:17-20 e outras passagens abençoadamente mostram. É verdade que, mesmo nessa passagem, há uma advertência solene de que a justiça não renunciará às suas reivindicações, que os rebeldes obstinados receberão aqui que merecem. No entanto, isso é colocado em segundo lugar, enquanto a graça ocupa o primeiro plano.

Foi isso que inspirou conforto nos corações humildes e penitentes: Deus é gracioso. Assim, embora em cada ponto o israelita aprendesse que o pecado é um assunto muito solene e sério, e que nem a lei moral e nem a cerimonial faziam qualquer provisão de misericórdia quando certas ofensas eram cometidas, isso não impedia que o Senhor os tratasse com base em pura graça. A revelação do caráter de Deus abriu uma porta de esperança para almas contritas, mesmo quando seu caso parecia totalmente sem esperança. Uma ilustração notável disso é encontrada no Salmo 51. Ali vemos Davi, após cometer pecados pelos quais a lei exigia a pena de morte e para os quais nenhum sacrifício levítico seria de algum proveito (v. 16), reconhecendo com um coração quebrantado as suas transgressões hediondas, lançando-se sobre o perdão incondicional de Deus (v. 1) e obtendo o perdão dele.

Para dar completude à nossa atual linha de estudo, uma outra característica que diz respeito às instituições levíticas exige ser

observada. Consideradas de um ponto de vista, as oblações cerimoniais e as abluções eram um privilégio verdadeiro do israelita, mas de outra perspectiva, elas representavam um acréscimo às suas obrigações de serviço — ilustrando o fato de que maiores bênçãos sempre implicam em maiores responsabilidades. As instituições levíticas eram leis tão autênticas quanto os Dez Mandamentos, e os violadores deliberados delas eram tão sujeitos a punições quanto aqueles que profanavam o sabbath ou cometiam assassinatos (Veja Levítico 7:20; 17:4, 14; Números 9:13).

A razão pela qual aqueles que transgrediram as ordenanças levíticas estavam sujeitos a julgamento era que os estatutos cerimoniais foram investidos com a mesma autoridade que os mandamentos que pertenciam estritamente à esfera moral e, portanto, desprezá-los como se não fossem nada consistia em desonrar o próprio Legislador divino. Além disso, isso também era desprezar os meios que ele graciosamente havia designado — os únicos meios disponíveis — para remover a culpa e a impureza e, portanto, eles permaneceriam imperdoáveis, e sua culpa ainda seria agravada, apesar do que foi feito pelas riquezas da misericórdia de Deus. Aí podemos perceber uma clara pressuposição daquilo que pertence ao evangelho, mas nossa consideração disso deve ser adiada.

Parte 7

O pacto sinaítico precisa ser estudado a partir de três pontos de vista independentes. Primeiro, a relação que ele sustenta com as revelações anteriores concedidas por Deus — consistiu em um avanço marcante no desdobramento de seu propósito eterno. Segundo, considerado no que diz respeito à relação peculiar em que se encontrava com a nação judaica — forneceu uma constituição única e um código legal completo para seu governo. Terceiro, em sua relação com o futuro — foi projetado de maneira admirável para preparar o caminho para o advento de Cristo e o alvorecer do cristianismo. Os dois primeiros já tiveram nossa atenção; a partir de agora consideraremos o terceiro, que envolve os aspectos mais difíceis de nosso assunto.

Até que tivéssemos cuidadosamente contemplado a economia mosaica em relação à nação de Israel, seu bem-estar político e temporal, não estaríamos prontos para vê-la em seu significado mais amplo e definitivo. O primeiro desígnio imediato de Deus em relação ao pacto sinaítico foi fornecer uma “garantia por escrito” de cumprimento das promessas feitas a Abraão: dar-lhe uma descendência numerosa, estabelecê-la na terra de Canaã, preservar o rebanho puro do qual o Messias viria, permanecer ali até que Cristo realmente aparecesse em carne e osso. Assim, a economia mosaica atingiu o seu propósito quando o Filho de Deus encarnou. Mas, o segundo desígnio supremo de Deus sob a economia mosaica foi prover uma demonstração clara e completa da total incapacidade do homem caído, mesmo sob as condições ou circunstâncias mais favoráveis, para satisfazer seus requisitos santos e justos; manifestando, assim, a excessiva malignidade do

pecado e a necessidade imperativa de um Salvador plenamente suficiente.

De um ponto de vista, certamente parece que o pacto sinaítico fracassou completamente em atingir seu objetivo e que toda a economia mosaica foi uma tragédia patética. De modo algum, Israel, como nação, governou a si mesmo como o povo amado, chamado e redimido de Deus. Eles não prestaram à lei moral a obediência que ela exigia, e as misericórdias da lei cerimonial foram pervertidas para a desonra de Deus e para a própria ruína espiritual deles. Em vez de a lei levar os pecadores a Cristo, ele “veio para o que era seu, e os seus não o receberam” (João 1:11). No entanto, não há fracasso da parte do Altíssimo, não houve nenhum dano ao seu plano, não foi estabelecido qualquer impedimento à sua vontade imperial. O próprio fracasso de Israel apenas serviu para manter o propósito divino, pois demonstrou a necessidade imperativa de algo superior ao judaísmo, o que, como tal, supriu e reservou para Cristo a honra de trazer aquilo que é perfeito.

Procurando averiguar em que a economia mosaica abriu o caminho para a introdução do cristianismo, observaremos, em primeiro lugar, a imperfeição ou inadequação da provisão fornecida pelo judaísmo; e, em segundo lugar, consideraremos brevemente a tipificação e prefiguração que fez da melhor aliança que ainda seria estabelecida. Embora a ordem de coisas que foi instituída pelo pacto sinaítico fosse um grande avanço em relação àquela ordem de coisas que foi instalada sob o pacto abraâmico — pois essa não complementava a aliança da promessa (que prometia a fidelidade divina de conceder todas as bênçãos necessárias) com a aliança da lei, que obrigou Israel a obedecer fielmente àquilo que o Senhor instituiu por sua autoridade. Além disso, o pacto mosaico também trouxe a descendência natural de Abraão para uma relação de

proximidade corporativa com o Deus de Abraão ao prover, através do tabernáculo, uma representação visível de que ele estava no meio deles — ainda assim, essa aliança pertencia a um estado de imaturidade em comparação e relação com o crepúsculo de revelação divina.

Aquilo que caracterizava o judaísmo de forma notável era que se referia ao exterior e ao objetivo, e não ao interior e ao subjetivo. O Decálogo não foi escrito nos corações de Israel, mas em tábuas de pedra. Era um senhor sobre eles, exigindo submissão implícita, um professor para instruí-los, mas não fornecia (como tal) nenhum poder para produzir obediência e nenhuma influência para mover as fontes secretas do coração. A mesma característica marcava as instituições levíticas — elas também eram formalmente dirigidas a eles a partir de fora e pertenciam apenas a exercícios corporais. O todo era uma disciplina externa, de acordo com “um santuário terrestre”. É verdade que o que a lei exigia era o amor, mas a lei em si mesma não gera amor. O medo era o que predominava — o pavor de ser o objeto da ira de um Deus ofendido, devido às punições de sua lei que ameaçavam por todos os lados.

É verdade que grande alívio foi fornecido pela lei cerimonial, pois havia provisão para obter perdão. Os meios para efetuar isso foram os sacrifícios:

> O sangue vital de uma criatura irracional, sendo ela mesma inconsciente do pecado, era aceito por Deus em caráter redentivo para com a vida do pecador. Um modo de satisfação, sem dúvida, insatisfatório em si mesmo, já que não havia correspondência entre a vida meramente sensual de um animal irracional e a vida superior de um ser racional e responsável; um não podia fazer uma compensação adequada pelo outro

> com base no rigoroso julgamento da justiça. Isso não foi uma coisa isolada, antes era algo que fazia parte de um esquema de coisas que evidenciava em sua totalidade marcas de imperfeição relativa (P. Fairbairn).

Essa mesma característica de imperfeição relativa aparece no tabernáculo. Foi feito um arranjo provisório pelo qual os transgressores, que de outro modo seriam extirpados, poderiam obter a remissão de seus pecados e desfrutar novamente do privilégio de comunhão com Yahwéh. Mesmo assim, havia uma incompletude notável ali, pois, embora os reconciliados tivessem permissão de entrar no pátio externo, não tinham acesso direto e pessoal à sala onde se encontrava a presença imediata do Senhor! Quão longe (muito abaixo da liberdade de relações que todos os crentes podem ter agora com Deus) estavam alguns sacerdotes ministradores de adentrar ao tabernáculo, pois o acesso ao Santo dos Santos era concedido a uma só pessoa, e a ela somente em um único dia no ano! Enquanto o tabernáculo em si não possuía dimensão superior a cem côvados de cumprimento por cinquenta de largura, e era feito de materiais compostos de coisas terrenas e perecíveis — quão inadequada era essa representação da morada daquele que enche o céu e a Terra!

A lei exibia a santidade inefável do caráter divino e vinculava Israel quanto ao seu compromisso pactual, para torná-lo o padrão segundo o qual eles deveriam procurar regular toda a sua conduta: “Santos sereis, porque eu, o Senhor vosso Deus, sou santo” (Levítico 19:2; cf. Êxodo 19:6). Mas quando eles foram iluminados e estimulados pelo ideal elevado de verdade e dever assim apresentado, a consciência seria a parte mais sensível a respeito das transgressões cometidas contra a própria justiça requerida. A lei

é dirigida à consciência, e quando perscrutados por ela, os homens não poderiam deixar de perceber sua extensão e espiritualidade. Justamente na proporção em que a mente de um israelita se ocupava em raciocinar honestamente, ele chegava a entender que os atos exteriores estavam longe de serem as únicas coisas que a lei exigia, que ela alcançava os pensamentos e intenções, afeições e motivações do coração; ele chegaria à mesma conclusão que o salmista: “O teu mandamento é amplíssimo” (119:96). Quando despertado, ele, de fato, poderia tentar silenciar o sentimento profundo e angustiante de culpa, porém, a menos que iludisse a si mesmo, essas tentativas não lhe trariam nenhuma ajuda.

A lei, então, estava longe de inculcar ou encorajar um espírito de autojustiça. Em vez de ela ser uma testemunha à qual os homens poderiam apelar para provar que atenderam aos requisitos de Deus, ela se tornou uma acusadora, testificando contra eles a respeito dos votos quebrados e das obrigações violadas. Assim, a lei manteve perpetuamente um sentimento de culpa bem vivo na consciência, e serviu para despertar nos corações daqueles que realmente entendiam seu significado espiritual um sentimento de total impotência e um senso de profunda necessidade. Incitados pelas exigências de uma lei que eram totalmente incapazes de cumprir, o caso deles parecia estar além das esperanças. As ordenanças da lei cerimonial não lhes proporcionaram mais do que um alívio muito imperfeito. Para eles, deve ter ficado claro que “o sangue de bezerros e de bodes não poderia tirar pecados” (Hebreus 10:4). Uma prova impressionante disso é fornecida pelo caso de Isaías, pois ao ver a presença manifesta de Yahwéh, ele exclamou: “Ai de mim! Pois estou perdido” (6:5) — isso foi uma evidência clara de que sua consciência era mais oprimida por um sentimento de pecado do que confortada pela bênção do perdão.

Tal caso como o de Isaías deixa claro que onde havia um coração sensível (e havia tais coisas em Israel em todas as fases de sua história), a santa lei de Deus havia produzido convicções muito profundas em relação às provisões da lei cerimonial, as quais, “quanto à consciência, não podem aperfeiçoar aquele que faz o serviço” (Hebreus 9:9). Contudo, mais enfático ainda é o testemunho fornecido pelos Salmos, que, lembremos, foram usados no culto público a Deus, e foram designados para expressar os sentimentos de todos os adoradores sinceros. Não somente esses Salmos exaltam as múltiplas perfeições da lei (veja especialmente os Salmos 19 e 119), mas eles também registram acusações graves: Pois já as minhas iniquidades ultrapassam a minha cabeça; como carga pesada são demais para as minhas forças. As minhas chagas cheiram mal e estão corruptas, por causa da minha loucura. Estou encurvado, estou muito abatido, ando lamentando todo o dia. Porque as minhas ilhargas estão cheias de ardor, e não há coisa sã na minha carne. Estou fraco e mui quebrantado; tenho rugido pela inquietação do meu coração. Senhor, diante de ti está todo o meu desejo, e o meu gemido não te é oculto (38:4-9).

Porque males sem número me têm rodeado; as minhas iniquidades me prenderam de modo que não posso olhar para cima. São mais numerosas do que os cabelos da minha cabeça; assim desfalece o meu coração. Digna-te, Senhor, livrar-me: Senhor, apressa-te em meu auxílio (40:12-13).

Assim, a lei divina, ao apresentar um padrão de perfeita justiça e convencer os homens de sua total incapacidade de satisfazerem suas santas exigências, preparou suas mentes para o Redentor vindouro. Isso é o que fornece a chave para tais passagens como acabamos de citar acima. As almas despertas eram obrigadas a sentir a iniquidade que se apegava a elas como um cinturão e a

corrupção interna como um vírus mortal envenenando sua própria natureza, estourando continuamente em temperamentos ímpios, profanando tudo o que faziam ou tentavam fazer, destruindo toda a esperança de justificação ou aceitação para com Deus baseadas na conformidade pessoal com suas exigências. Embora estivessem conscientes da verdade de um Deus inefavelmente santo e infinitamente perfeito, eles também estavam cônscios das dolorosas dúvidas e temores da culpa e, portanto, para suas confissões de pecado, gemidos de penitência e clamores por misericórdia.

Foi porque o presente livramento fornecido pela lei cerimonial trazia tais marcas de imperfeição — a inadequação do sangue dos animais para expiar crimes tão hediondos e a obtenção de uma bênção que consistia apenas na restauração do acesso ao átrio exterior do tabernáculo — que ele apontou para uma provisão muito melhor no futuro; pois nada menos do que a perfeição poderia satisfazer aquele com quem eles tinham de prestar contas. Pelo fato de que o Decálogo despertou um sentimento de culpa e separação do Senhor que as ordenanças da lei cerimonial não podiam remover perfeitamente, e porque esses anseios e desejos então despertados não poderiam ser mais do que parcialmente satisfeitos, a economia mosaica estava bem ajustada para elevar as expectativas do adorador em relação a alguma “coisa melhor que estava por vir”, dispondo-o a receber alegremente as insinuações disso que caberia à profecia anunciar.

Foi, então, o desígnio espiritual da lei (além de seu propósito dispensacional — restringir o pecado etc.) vivificar a consciência, produzir um profundo senso de culpa, matar o espírito de autojustiça, causar um impactante senso de inutilidade pessoal e, desse modo, levar as almas sensíveis a olhar para a frente com fé e esperança direcionadas para o Salvador prometido. Já vimos que a

lei produziu seu efeito em um remanescente eleito, e o fato de que esse efeito deveria ter sido produzido em todos, não pode ser razoavelmente questionado. Assim, a lei contribuiu materialmente para o entendimento correto da dispensação sob a qual Israel foi colocado e também serviu como um meio sábio e gracioso para disciplinar sua fé e direcioná-la a olhar para o futuro para o devido cumprimento daquilo que suas ordenanças carnais apenas apresentavam na obscuridade dos tipos e, embora elas confirmassem as expectativas que seus rituais encorajavam, não podiam prover uma satisfação, devido a sua própria natureza.

O único caminho aberto aos despertos e sensíveis em Israel era se lançar sem reservas sobre a misericórdia gratuita de Deus, na esperança segura de que o futuro revelaria o remédio e o resgate perfeitos, quando o descendente prometido aparecesse, como as insinuações dos tipos presentes em seu culto os levavam a esperar, e pelas quais todas as exigências de seu caso seriam atendidas.

> Assim o Senhor os instruiu, cercou o caminho deles de todos os lados, guiou-os pela mão e os conduziu a esperarem em um futuro distante aquilo que o presente não poderia suprir. Suas convicções apontavam para o alívio que só o evangelho estava destinado a fornecer; eles foram guardados para o exercício da fé no Redentor que viria (John Kelly).

É pouco necessário salientar que a ordem de Deus nas dispensações (ou seja, a dispensação mosaica precedendo a dispensação cristã e abrindo caminho para ela) é precisamente a mesma que a sua ordem no presente momento em relação a cada alma verdadeiramente convertida. Ainda é verdade que “pela lei vem o conhecimento do pecado” (Romanos 3:20), e o pecador deve ser esquadrinhado e humilhado por ela antes de ser feito disposto a

se alegrar na mensagem do evangelho. Enquanto a alma não estiver consciente de que está sob a sentença de morte da lei, ela não desejará e nem apreciará a vida que é encontrada em Cristo, e somente nele — o apóstolo Paulo testificou ter descoberto isso em sua própria experiência (Romanos 7:7-10). A lei é uma regra perfeita de justiça, e quando nos medimos por ela, nossas inumeráveis deficiências e pecados são imediatamente expostos. Então, quando um israelita era movido pelo Espírito, ele imediatamente percebia o verdadeiro caráter da lei, tornava-se profundamente sensível à sua culpa e ansiava por algo mais elevado e melhor para o seu verdadeiro consolo do que aquilo que era provido então.

O mesmo princípio fundamental e exemplificado de forma clara e surpreendente nas páginas de abertura do Novo Testamento. O caminho do Redentor foi preparado por alguém que proclamou com trombeta a justiça da lei, evocando os terrores de suas ameaças: o ministério de João Batista deve preceder o de Cristo — nunca haverá um reavivamento genuíno até que retornemos a esse fato básico e moldemos nossas práticas de acordo com ele. O próprio Senhor Jesus iniciou sua abençoada obra de evangelização, declarando a extensão e a profunda espiritualidade das exigências da lei, pois grande parte do Sermão do Monte (Mateus 5) foi dedicada a uma exposição clara e perspicaz da justiça da lei, libertando-a das falsas interpretações dos homens e pressionando as santas reivindicações dela sobre as multidões — é por isso que esse “Sermão” é tão odiado pelas pessoas de nossos dias!

Parte 8

Na parte anterior, procuramos mostrar como a inadequação e as imperfeições da economia mosaica só serviram para preparar o caminho para a introdução do cristianismo. Tais marcas de imperfeição estavam estampadas na própria natureza das instituições levíticas, pois elas eram, em grande parte, como o apóstolo as chamou, “rudimentos fracos e pobres” (Gálatas 4:9), e isso porque então a igreja se encontrava em um estado de infância, e os materiais de uma economia mais espiritual não existiam.

> Então a expiação era apenas prospectiva; o Espírito Santo não operava como faria sob o evangelho; e os desígnios graciosos de Deus no que diz respeito à redenção de nossa raça (isto é, “dos eleitos”) estavam embutidos e ocultos nas indicações obscuras feitas na promessa de que o Descendente da mulher feriria a cabeça da Serpente, e nas promessas feitas a Abraão. Nem esses defeitos foram perfeitamente corrigidos durante todo o curso da dispensação. Até o fim dela, os judeus caminharam em relativa escuridão (Palestras de “Bampton”, por Litton [2]).

O desenrolar histórico dessa economia foi caracterizado não apenas pela imperfeição, mas também, como todos sabemos, pelo fracasso grosseiro de toda a história de Israel como nação — isso foi terrivelmente prefigurado no início, quando Arão se prestou à terrível idolatria do bezerro de ouro no próprio sopé do Sinai. Com relação à grande maioria das pessoas, a espiritualidade era tão deficiente e o amor a Deus ardia tão fracamente em seus corações

que as exigências da lei eram consideradas um jugo opressivo. Muito frequentemente aqueles que deveriam ter sido os maiores exemplos de obediência ao que foi ordenado, bem como a partir de sua posição na comunidade deveriam ter vigiado quanto à prática do mal em outros, eram eles mesmos os mais responsáveis por promover tais males. Consequentemente, o princípio predominante da economia mosaica, a saber, a conexão inseparável entre obediência e bênção, transgressão e punição, foi obscurecido, por almas que deveriam ter sido "extirpadas" da congregação, já que aqueles que deliberadamente quebram a aliança podiam manter sua posição na comunidade e desfrutar de seus privilégios.

Deve ser salientado que essa expressão "aquela alma será extirpada", que ocorre tão frequentemente no Pentateuco, significa algo muito mais solene e terrível do que "ser excomungado da igreja" hoje — tal explicação ou definição, a qual é dada por muitos homens instruídos é bastante imperdoável. "Aquela alma será extirpada" refere-se principalmente ao ato de Deus, pois ocorre em contextos e casos em que aqueles que estavam em autoridade humana não poderiam interferir, visto que haviam violações da lei que eram secretas, como podemos ver a partir de Levítico 17:10, 18:29, 22:2 — de fato, em numerosos casos, Deus expressamente disse "eu o extirparei" (Levítico 20:3, 5 etc). Mas onde o ato era notório e a culpa conhecida, a decisão de Deus deveria ser realizada pela comunidade, como vemos em Números 15:30 e Josué 7:24-26. No entanto, mesmo quando os juízes ou magistrados de Israel não conseguiram executar o castigo justo, os culpados foram extirpados no julgamento de Deus.

Foi em grande parte devido ao fracasso dos líderes de Israel que eram responsáveis por executar a sentença da lei contra seus violadores notórios que a nação decaiu a um estado tão baixo,

trazendo sobre si os juízos providenciais de Yahwéh. Infelizmente, a história se repetiu, pois em nenhum momento o fracasso da cristandade é mais aparente do que na recusa quase universal das chamadas “igrejas” de impor uma disciplina bíblica sobre seus membros indiferentes e rebeldes — o sentimentalismo e o temor do homem expulsaram o amor pela santidade e o temor de Deus. E, com igual certeza, a consequência tem sido a mesma, porém, de acordo com o caráter mais espiritual dessa dispensação, os juízos divinos assumiram outra forma: o erro suplantou a verdade, um grupo de pessoas ímpias e mundanas ocupam os púlpitos, de modo que aqueles que anseiam por pão agora estão sendo ridicularizados ao serem servidos com uma pedra.

Se Israel tivesse sido fiel ao seu compromisso pactual feito no Sinai, se, como nação, ele houvessem se esforçado por meio da graça que lhe foi oferecida no pacto abraâmico para produzir aqueles frutos da justiça exigida pelo pacto mosaico — como então alguém o expressou lindamente: deleitando-se na lei do Senhor e meditando nela dia e noite, eles certamente teriam sido como uma árvore plantada junto aos ribeiros, que produz o seu fruto em sua estação, cujas folhas não murcham e tudo o que ele fizer prosperará —, então Canaã realmente teria sido encontrada fazendo jus à descrição de ser “uma terra que mana leite e mel”. Mas, infelizmente, a lei foi desprezada, a disciplina foi negligenciada, a vontade própria e a autossatisfação tornaram-se desenfreadas; e consequentemente, fomes, pestes e guerras, frequentemente vieram a ser sua porção.

Na mesma proporção em que a santidade prática desapareceu do meio de Israel, houve uma retirada das bênçãos de Deus. A história de Israel em Canaã nunca apresentou nada além de uma demonstração defeituosa daquela retidão e prosperidade que, como

irmãs gêmeas, deveria tê-los acompanhado durante toda sua trajetória. Mais uma vez, gostaríamos de salientar que o fracasso de Israel não significou, de maneira alguma, que o plano do Todo-Poderoso tivesse sido frustrado. Longe disso, se o leitor olhar para Deuteronômio 28 e 32, ele descobrirá que o próprio Senhor predisse as futuras apostasias do povo e, desde o princípio, anunciou as dolorosas aflições que sobreviriam ao povo em consequência delas. Assim, coincidente ao nascimento desse pacto, foram dadas intimações de sua natureza imperfeita e propósito temporal — não era através de suas provisões e agências que deveria vir o bem final para Israel e a humanidade.

Mas já é tempo de assinalarmos, em segundo lugar, onde os tipos sob a economia mosaica prepararam o caminho para o alvorecer do cristianismo. Aqui um grande campo se apresenta diante de nós, mas seu terreno foi coberto tão completamente por outros que agora não é necessário fazer mais do que chamar a atenção para suas características marcantes. Fazendo isso, vamos novamente lembrar ao leitor que os tipos do Antigo Testamento foram divinamente projetados para ensinar tanto por contraste quanto por comparação — o reconhecimento desse princípio importante refuta a teoria que insulta a Deus ao ensinar que os tipos eram defeituosos e muitas vezes enganosos. A razão para isso deveria ser óbvia: o antítipo superou em muito os tipos no que diz respeito ao valor — Deus sempre é zeloso pela glória de seu Filho amado, e a ele estava reservada a honra de produzir e trazer aquilo que é perfeito.

Em primeiro lugar, vamos observar a relação especial e peculiar que Israel manteve com o Senhor: Eles eram o seu povo escolhido, e ele era o seu Deus de uma maneira que não era o Deus de nenhum outro. Foi na qualidade de descendentes de

Abraão, Isaque e Jacó, como os filhos da promessa, que Deus lidou com eles desde o princípio (veja Êxodo 2:24-25 e 6:5). Foi em cumprimento de sua santa promessa a Abraão que Deus “tirou dali [da escravidão cruel da terra do Egito] o seu povo com alegria, e os seus escolhidos com regozijo” (Salmos 105:43), esse fato básico deve ser firmemente lembrado quando considerarmos todos os lidares subsequentes de Deus para com eles. Ali encontramos uma prefiguração perfeita do relacionamento de Deus com o seu povo hoje em dia: cada um deles recebe misericórdia com base no pacto — o Pacto Eterno feito com Cristo — e, sobre esse fundamento, eles são libertos do poder de Satanás e traduzidos para o reino de Cristo.

Em segundo lugar, o que acabamos de dizer fornece a chave para nossa correta compreensão do significado típico do ato de Deus entregar o Decálogo a Israel. A revelação da lei no Sinai não surgiu independentemente do que a havia precedido, como se fosse lançar as bases de algo completamente novo. Não procedia de Deus, enquanto considerado simplesmente como o Criador e exercendo sua prerrogativa como tal, impor mandamentos às consciências de suas criaturas para serem obedecidos com uma justiça inflexível, e sem nenhuma outra ajuda e dons, exceto os da mera natureza. A história de Israel não conhece nada sobre uma lei em conexão com promessa e bênção. Foi como o Redentor de Israel que Deus anunciou as Dez Palavras, como sendo, em um sentido especial, “o SENHOR seu Deus” (Êxodo 20:2), proclamando nesse ínterim ser o Deus de “misericórdia” tanto quanto de santidade (20:5-6), e reconhecendo o direito deles à herança de Canaã como seu próprio dom soberano para eles (20:12).

A lei, então, não foi dada a Israel como libertador do mal, nem como aquilo que concederia a vida. Seu desígnio não era resgatar

da escravidão, nem obter um direito ao favor e bênção de Yahwéh, pois tudo isso já pertencia a Israel (veja Gálatas 3:16-22).

Então, a graça aqui também tomou precedência da lei, vida de justiça; e o pacto da lei, assumindo e se enraizando no pacto de graça anterior (o abraâmico) veio apenas para encaminhar os herdeiros da promessa até o caminho de obediência fiel a Deus e de bondade fraternal para com o próximo, pelo que eles poderiam realizar os objetivos mais elevados de seu chamado. Em relação à lei que agora é dada como uma aliança, havia uma novidade no que diz respeito à forma, mas não em princípio. Pois isso estava envolvido no mandamento dado a Abraão: “Eu sou o Deus Todo-Poderoso, anda em minha presença e sê perfeito” (Gênesis 17:1) — essas palavras abrangiam todo serviço verdadeiro e comportamento justo.

> Mas um avanço foi feito pela entrada da lei sobre tais chamados e nomeações anteriores, esse avanço consistiu no seguinte: a obrigação de retidão de vida ao repousar sobre os herdeiros da promessa foi agora lançada em uma forma categórica e imperativa, abrangendo todos os deveres morais e religiosos; embora eles não pudessem, por meio da observância dessa obra, se colocarem em uma relação feliz para com Deus, contudo, como já estavam em tal relação, isso servia para que eles pudessem andar de modo dignos de sua vocação e tornarem-se cheios dos frutos da justiça, pois somente isso poderia tanto provar a realidade de sua participação em Deus quanto cumprir o chamado que eles receberam dele (P. Fairbairn).

Aí temos uma exemplificação notável da relação que a lei mantém com o povo de Deus em todas as dispensações, e muito mais abençoadamente então isso é verdadeiro em relação à era cristã. Em toda dispensação, Deus se revelou primeiro a seu povo como o doador da vida e da bênção e, depois, como aquele que requer obediência aos seus mandamentos. Sua obediência, longe de lhes dar direito à justificação, nunca pode ser aceitável até que sejam justificados. Todas as bênçãos de Israel foram pura e unicamente concedidas por graça e recebidas pela fé. E o que é fé, senão a aceitação dos dons do céu, ou a confiança no registro em que esses dons são prometidos? A ordem da experiência na vida de cada santo, como está tão claramente estabelecida na epístola aos Romanos (resumida em 12:1), é primeiramente uma participação na misericórdia divina e, então, a partir dela, um constrangimento à obrigação de correr no caminho dos mandamentos de Deus.

Como isso poderia ser diferente? Certamente é muito óbvio que é impossível que criaturas caídas e depravadas, que já se encontram debaixo da condenação e da ira divinas, obtenham qualquer coisa das mãos de Deus, ou que realizem boas obras aos seus olhos até que se tornem participantes da graça soberana dele. Eles podem nadar contra a maré da corrupção interna, contra o poder de Satanás, contra as seduções do mundo e contra o desagrado judicial de Deus, e se corrigirem e direcionarem a si mesmos em uma jornada rumo ao céu, necessitando apenas da ajuda do Espírito para aperfeiçoar seus próprios esforços? Supor tal absurdo revela uma total ignorância do caráter de Deus em referência ao seu trato para com o culpado. Se ele “não poupou o seu próprio Filho” (Romanos 8:32), como ele se recusará a lhe castigar, ó pecador! Mas, bendito seja o seu nome, ele pode, por amor de seu Filho, conceder a vida e a bênção eternas aos mais

indignos; mas ele não pode negociar com criminosos para a aquisição de um direito para isso, o qual deva ser adquirido através de seus próprios serviços defeituosos.

Em terceiro lugar, se as circunstâncias da posição do Deus de Israel sob a lei tipificaram o fato de que ela não foi dada aos pecadores não redimidos para que eles obtivessem o favor divino, por outro lado, é igualmente claro que isso exemplifica o fato de que os redimidos são colocados sob a lei — do contrário, uma das mais importantes de todas as transações divinas do passado (Êxodo 19) não teria nenhuma ameaça sobre nós hoje. O cristão precisa da lei. Em primeiro lugar, ela serve para subjugar o espírito de justiça própria. Nada é mais adequado para produzir humildade do que nos examinarmos diariamente pelo padrão elevado de justiça exigido pela lei. Ao reconhecermos quão longe chegamos de prestar esse amor perseverante, seremos constantemente levados a pararmos de olhar para nós mesmos e olharmos para Cristo. Em segundo lugar, a lei serve para refrear a carne e nos impedir de cometer ilegalidade. Em terceiro lugar, serve também como regra de vida, ao colocar continuamente diante de nós aquela santidade de coração e conduta que, através do poder do Espírito, devemos estar sempre nos esforçando para alcançar.

Entretanto, pode ser objetado: Mas o crente tem perfeita liberdade, e não deve ser enredado novamente e submetido a um jugo de servidão. A resposta é: Sim, ele é “livre para a justiça” (Romanos 6:18), ele é livre para agir como um servo de Cristo, e não como um senhor sobre si mesmo. Os crentes não têm liberdade para apresentar o que desejam ao serviço de Deus, pois ele é um Deus zeloso e não permitirá que sua glória seja associada às imaginações vãs dos homens; eles são livres para adorá-lo somente

em espírito e em verdade. “A liberdade do Espírito é uma liberdade que só pode existir dentro dos limites da lei” (P. Fairbairn).

É apenas a sujeição à lei que prova nossa participação na graça que há em Cristo Jesus. Ninguém possui qualquer base legítima para concluir que tenha crido salvificamente no Salvador, a menos que possua um desejo sincero e determinação de coração para servir e glorificar a Deus. A fé não é um sentimento sem lei, mas um princípio sagrado, seu fruto certo é a obediência. O amor a Deus sempre se entrega voluntariamente às suas exigências.

Mas vamos agora observar nesse tipo um contraste fácil de perceber. No Sinai, Deus disse: “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz [conforme enunciada nas Dez Palavras] e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos… E vós me sereis um reino sacerdotal e o povo santo” (Êxodo 19:5-6). Havia uma contingência: o desfrute de Israel dessas bênçãos se deu após o cumprimento da condição de obediência. Mas os termos da “nova aliança”, sob a qual os cristãos vivem, são completamente diferentes. Não há contingência neles, mas sim uma certeza abençoada, pois a condição da Nova Aliança foi perfeitamente cumprida por Cristo. Por isso, Deus agora diz: “E farei com eles uma aliança eterna de não me desviar de fazer-lhes o bem; e porei o meu temor nos seus corações, para que nunca se apartem de mim” (Jeremias 32:40); e, “porei dentro de vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos, e guardeis os meus juízos, e os observeis” (Ezequiel 36:27). Nisso podemos adorar a Deus pelo antítipo que se destaca no tipo: o SE referente a Israel foi substituído pelo EU FAREI de Deus.

No entanto, ao concluir nossa consideração desse aspecto do assunto, permita-nos dizer muito enfaticamente que os únicos que

têm o direito de obter consolo daqueles preciosos “testamentos” de Deus são aqueles que correspondem às características descritas no contexto imediato. Jeremias os descreve como aqueles em cujos corações Deus coloca seu santo “temor”, se, então, o temor de Deus não está em mim, se eu não tenho medo de sua majestade nem temo desprezar sua autoridade, então eu não tenho razão para concluir que estou contado entre aqueles a quem as promessas pertencem.

Ezequiel descreve aqueles que “guardarão os juízos de Deus, e os observarão”, como aqueles de quem ele tira o coração de pedra e dá um coração de carne. Se, então, meu coração não responde à voz divina e permanece impenitente enquanto eu a desprezo, então não sou uma das pessoas que são descritas ali. Finalmente, Deus diz sobre eles: “Porei as minhas leis no seu entendimento, e em seu coração as escreverei” (Hebreus 8:10). Então, se eu não “me deleito na lei de Deus segundo o homem interior” e nem “sirvo à lei de Deus” (Romanos 7:22, 25), então não tenho participação na melhor aliança.

Parte 9

Para continuarmos o nosso estudo sobre os ensinamentos típicos da economia mosaica — à medida em que eles antecipavam e preparavam o caminho para o estabelecimento do cristianismo —, observemos, em quarto lugar, o caráter corporativo de Israel. Essa foi uma linha distinta na figura típica, e algo que caracterizou um avanço marcante em relação a qualquer coisa que a tivesse precedido. Sob os pactos anteriores, Deus tratou apenas com pessoas particulares e, ao longo da história associada a eles, tudo era peculiarmente individualista. Mas no Sinai o Senhor estabeleceu um vínculo formal entre ele e a nação favorecida. Foi então, pela primeira vez, que vemos o povo de Deus em uma condição organizada. É verdade que eles foram divididos em doze tribos, mas sua união diante de Deus foi evidenciada quando o sumo sacerdote, como representante de toda a nação, ministrou diante de Yahwéh no lugar santo com seus nomes inscritos em seu peitoral.

Israel, enquanto nação, era um povo separado de todos os outros, e o grau em que eles cumpriram o fim de sua separação prefigurou a igreja de Deus, o verdadeiro reino sobre o qual o Messias preside. Com efeito, é vã a reivindicação de qualquer igreja ou grupo de igrejas, de qualquer partido ou de “assembleias” de que ela ou eles são o antítipo ou a “representação” da igreja verdadeira, embora essa pretensão arrogante não esteja de modo algum confinada à hierarquia Romana. As igrejas mais puras na Terra são apenas sombras muito imperfeitas daquele verdadeiro reino onde habita a justiça. “O verdadeiro antítipo é a ‘igreja dos primogênitos, que estão inscritos nos céus’ (Hebreus 12:23) — aquele povo disposto e escolhido, a descendência espiritual de Abraão, de quem

Cristo é a cabeça, em cujo caráter a lei será perfeitamente escrita, o qual consistirá apenas de justos, não em profissão meramente, mas em verdade" (John Kelly).

Essa igreja só será revelada em seu caráter corporativo ou capacidade coletiva quando Cristo vier pela segunda vez "sem pecado para salvação", para conduzi-los àquela herança que preparou para eles desde a fundação do mundo. Contudo, é no Novo Testamento, naquelas Escrituras que pertencem mais especialmente à dispensação cristã, que encontramos o desdobramento mais claro e completo do povo de Deus em seu caráter corporativo. É aí que o corpo de Cristo — a soma total dos eleitos, redimidos e regenerados por Deus de todas as épocas — é revelado como o objeto de seu amor e a recompensa de sua obra sacrificial. Embora as igrejas cristãs não sejam de modo algum o antítipo da comunidade de Israel, nem o protótipo da igreja na glória, entretanto, na proporção em que são "cristãs", elas fornecem um testemunho contínuo da separação prática do povo de Deus desse presente mundo mau.

Em quinto lugar, é dada uma a representação da bendita verdade da santificação. Embora a justificação e a santificação não possam ser separadas, elas podem ser distinguidas, isto é, embora essas bênçãos divinas sempre andem juntas, de modo que aqueles a quem Deus justifica também santifica, não obstante, é possível considerá-las individualmente. Quando formos tratar dessas coisas, devemos considerá-las na ordem em que são apresentados a nós na epístola aos Romanos: nos capítulos 4 e 5 o apóstolo expõe a doutrina da justificação e nos capítulos 6 a 8 ele trata de vários aspectos da santificação. Essa mesma ordem é observável em conexão com os pactos: sob o pacto abraâmico, a bendita verdade da justificação recebeu clara ilustração (Gênesis 15:6); sob o pacto

sinaítico, a verdade igualmente abençoada da santificação foi claramente demonstrada. A mesma ordem também é exemplificada na história de Israel: eles foram resgatados do Egito antes de serem envolvidos na grande transação no Sinai.

Agora, para a prática da verdadeira santidade, deve haver uma libertação do poder de Satanás e do domínio do pecado, pois ninguém está livre para servir a Deus em novidade de espírito até que tenha sido liberto da antiga escravidão da depravação. Assim, a libertação de Israel da servidão e escravidão de Faraó estabeleceu o fundamento necessário para que eles entrassem no serviço de Yahwéh. A graça que torna os crentes livres do domínio do pecado fornece o mais forte argumento e o melhor motivo que podemos imaginar para resistir e mortificar o pecado, e a maior obrigação para a prática da santidade. O quão vívido foi esse anúncio nos lidares de Yahwéh para com a descendência de Abraão, que por tanto tempo gemeu entre os fornos de tijolos do Egito — a graciosa libertação de seus capatazes impiedosos os colocou sob uma profunda obrigação de prestar uma obediência, em gratidão, ao seu Benfeitor, o que ele enfatizou em seu prefácio aos Dez Mandamentos.

Aquilo que ocorreu no Sinai tipificou a santificação da igreja. As primeiras palavras que Yahwéh dirigiu a Israel depois de terem chegado ao monte santo foram: “Vós tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águias, e vos trouxe a mim” (Êxodo 19:4). Aqui estava sua santificação relativa ou posicional — Israel não só havia sido separado dos pagãos, mas eles foram levados a um lugar de proximidade em relação ao próprio Senhor.

Em seguida foi dito: “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança… vós me sereis um reino sacerdotal e o povo santo” (Êxodo 19:5-6). Depois foi dito a Moisés:

“Vai ao povo, e santifica-os hoje e amanhã, e lavem eles as suas roupas” (Êxodo 19:10), aqui havia uma prefiguração da santificação prática. Ao dar-lhes a lei, Deus providenciou a Israel a regra da santidade, o padrão ao qual toda conduta deve ser conformada. Finalmente, ao aspergir o sangue sobre o povo (Êxodo 24:8), houve uma sombra daquilo que é declarado em Hebreus 13:12: “E por isso também Jesus, para santificar o povo pelo seu próprio sangue, padeceu fora da porta”.

Em sexto lugar, o ensino do tabernáculo e as instituições cerimoniais. E aqui devemos distinguir entre o propósito imediato de Deus em relação a eles e seu propósito final. O significado do tabernáculo e sua adoração só pode ser entendido corretamente quando apreendemos o lugar que lhe é dado em conexão com a lei cerimonial. E, como mostramos em um artigo anterior, a lei cerimonial só pode ser entendida quando percebemos claramente sua subordinação à lei moral. A lei cerimonial era uma auxiliar da lei moral, e as instituições levíticas eram, em seu aspecto primário, uma exposição (por meio de ritos simbólicos) da justiça ordenada no Decálogo, pela qual o coração poderia ser levado a alguma conformidade com ela. Então, apenas través de uma percepção clara da revelação prévia do Decálogo e do lugar proeminente que foi projetado para manter na economia mosaica é que estamos preparados para abordar e considerar aquilo que era meramente suplementar a isso.

É a falha em observar o que acaba de ser apontado que leva alguns a considerarem o tabernáculo e seu serviço como também exclusivamente típicos, e isso que faz com que escritores recentes procurem nele um esboço da pessoa e da obra de Cristo como a única razão para as coisas que pertencem a ele. Isso não é apenas um erro, mas ignora a chave para uma boa interpretação pois é à

medida que percebemos o propósito simbólico das instituições levíticas que somos capacitados a entender seu significado típico. Quanto mais plenamente as partes cerimoniais da legislação mosaica foram ajustadas para cumprir o seu fim primordial de reforçar as exigências do Decálogo — estabelecendo a santidade pessoal que exigia e fornecendo os meios para a remoção de impurezas profanas — mais elas tenderiam a cumprir o seu propósito final: preparar o coração para Cristo por produzir convicções de pecado e testificar acerca da impureza que ele produziu.

O santuário não é chamado apenas “o tabernáculo da tenda da congregação” (Êxodo 40:2, 32 etc.) ou como o hebraico mais literalmente significa “a tenda da reunião”, mas também “o tabernáculo do testemunho” (Êxodo 38:21 etc.) ou “tenda do testemunho” (Números 17:7-8). Esse “testemunho”, de maneira ostensiva e contínua, dizia respeito mais imediato à inefável santidade de Deus e, por consequência necessária, à terrível pecaminosidade de seu povo. As tábuas de pedra da arca “testificavam” sobre as exigências justas do primeiro, ao passo que também testemunhavam de maneira condenatória para o último. Assim, a “reunião” que o povo de Deus deveria ter com ele em sua morada não era simplesmente para comunhão, mas também apontava proeminente para os pecados deles (contra os quais a lei testificava) e os meios providos para a restauração deles ao favor e bênção de Deus.

“Pela lei vem o conhecimento do pecado” (Romanos 3:20) e o senso de Israel de suas deficiências aconteceria na proporção exata à percepção que eles obtiveram de seu verdadeiro significado espiritual e abrangência. Desse modo, onde a voz das numerosas restrições e serviços de um tipo corporal foram impostas pelos

estatutos levíticos — à medida que todos falavam (simbolicamente) de santidade e pecado — isso deveria ter produzido impressões muito profundas de culpa. “Veio, porém, a lei para que a ofensa abundasse” (Romanos 5:20), pois, se por um lado, os estatutos cerimoniais ordenavam aos homens que se abstivessem do pecado e, por outro, esses mesmos estatutos estavam simultaneamente multiplicando as ocasiões de ofensa. Eles fizeram com que coisas se tornassem pecados as quais não eram assim antes, ou em sua própria natureza — como a proibição de certos alimentos, o toque em um cadáver, a fabricação do óleo da unção para uso pessoal *etc.* — assim, esses estatutos aumentavam o número das transgressões e o fardo sobre a consciência.

Dessa forma, duas coisas foram ensinadas de modo extraordinário aos israelitas: Em primeiro lugar, a inefável santidade de Deus e o exaltado padrão de pureza o qual ele exigia que seu povo se conformasse. Em segundo lugar, a própria pecaminosidade absoluta dos israelitas era evidenciada pelo fato de eles falharem continuamente em cumprir as exigências divinas quanto a um ponto ou outro. Deve ter ficado evidente para alguém que pensava corretamente que havia uma luta sendo travada continuamente entre a santidade de Deus e a pecaminosidade de suas criaturas. E qual seria o resultado imediato? Devido a isso, quanto mais frequentemente eles eram oprimidos por um sentimento de culpa, mais frequentemente recorriam ao sangue da expiação. Era necessário que isso fosse assim, pois até que o pecado fosse remido e a contaminação, removida, eles não poderiam entrar na santa habitação e desfrutarem de comunhão com o Senhor. Quão surpreendentemente tudo isso encontra sua contrapartida na experiência do cristão! Quanto mais ele é iluminado pelo Espírito Santo tanto mais percebe sua vileza e o fracasso completo que ele

é. E, então, ele é levado a valorizar ainda mais o precioso sangue de Cristo que “purifica de todo pecado”.

Após considerarmos o tabernáculo como “o tabernáculo do testemunho”, diremos agora uma breve palavra sobre ele na qualidade de “a tenda da reunião”. Esse era o lugar onde Deus se encontrava com seu povo e onde lhes era permitido se aproximarem dele. Isso recebeu sua realização típica, primeiramente em Cristo pessoalmente, quando ele “se fez carne e habitou entre nós” (João 1:14), pois nele “habita corporalmente toda a plenitude da divindade” (Colossenses 2:9). E, em segundo lugar, isso encontra a sua realização no Cristo místico, pois assim como a plenitude da divindade habita em Cristo, assim também ela habita na igreja dos verdadeiros crentes como a “plenitude” dele (Efésios 1:23). A morada de Deus no homem Cristo Jesus não foi para si mesmo somente, mas como o meio de intermediação entre Deus e a igreja e, portanto, a igreja é chamada de “a casa de Deus” (1 Timóteo 3:15) ou “habitação de Deus pelo Espírito” (Efésios 2:22). Assim, a grande verdade simbolizada na antiguidade no tabernáculo e no templo recebe sua realização antitípica não em Cristo sozinho, mas em Cristo como cabeça de seus remidos, pois, através dele, eles têm acesso ao próprio Pai.

Em sétimo lugar, o significado da terra prometida. Canaã era o tipo de céu e, portanto, a constituição designada para aqueles que deveriam ocupá-la foi moldada com o objetivo de tornar os assuntos temporais em uma imagem da eternidade. Evidentemente, essa representação era imperfeita, como tudo que estava ligado à economia mosaica, e foi tornada ainda mais imperfeita devido ao fracasso do povo, porém, ela foi concedida como algo que possuía uma semelhança real e discernível da verdade, e isso teria sido ainda maior se a história de Israel houvesse se aproximado mais do

ideal. Canaã era (como o céu é) a herança e o lar dos redimidos de Deus. Foi ali que Yahwéh habitou. Aquele era o lugar da vida e da bênção (a terra que manava “leite e mel”) e, portanto, a morte era considerada anormal e tratada como uma impureza. A herança era inalienável ou intransferível, pois se um israelita vendesse sua terra, ela voltaria para ele no ano do jubileu.

> Aos olhos da fé, Canaã era o tipo do céu; e o caráter e condição de seus habitantes deveriam ter apresentado a imagem daqueles que entrarão no reino preparado para eles desde a fundação do mundo. A condição dos tais, estamos bem assegurados, será a total e gloriosa bem-aventurança. A região de sua herança será a terra de Emanuel, onde tanto as vicissitudes do mal como as dores dos sofrimentos serão igualmente desconhecidas — onde tudo refletirá a glória refulgente de seu divino autor e as correntes do mais puro deleite fluirão para satisfazer as almas dos redimidos. Mas nunca se deve esquecer que a condição deles será assim provida de tudo o que é aprazível e bom porque seu caráter primeiramente deve ter se tornado perfeito em santidade. A menos que estejam conformados a imagem de Cristo, eles não podem compartilhar com ele de sua herança (P. Fairbairn).

Por isso, Deus exige que Israel seja um povo santo e obediente; e essa foi a causa de seu banimento de Canaã quando eles apostataram.

Para concluirmos esta parte, façamos uma pausa e admiremos aquela mistura maravilhosa de justiça e misericórdia, lei e graça,

santidade e clemência que foram exibidas em toda a economia mosaica. Essa maravilha da sabedoria divina — pois não há nada que possa ser comparado a ela em qualquer coisa que tenha sido produzida pelo homem — aparece em quase todos os pontos. Vemos isso na “adição” do pacto sinaítico ao pacto abraâmico (Gálatas 3:19), pois enquanto as “promessas” predominavam em um, os preceitos eram mais evidentes no outro. Nós vemos isso no ato de Deus libertar Israel da escravidão do Egito e depois conduzi-lo ao seu próprio serviço. Vemos isso na concessão da lei cerimonial como um complemento à lei moral. Vemos isso no fato de que, enquanto as instituições levíticas enfatizavam constantemente a pureza que Yahwéh exigia de seu povo, condenando tudo o que era contrário a ela, ainda assim, foram providenciados meios para a promoção dessa pureza e a remoção de impurezas. Tudo isso pode ser bem resumido pela seguinte declaração: “A lei foi dada para que a graça pudesse ser buscada; a graça foi dada para que a lei fosse cumprida” (Agostinho).

Todo o ritual do dia anual da expiação (Levítico 16), que manifestou a base sobre a qual Yahwéh habitava no meio de seu povo — a manutenção de sua honra e a remoção da culpa deles — tornou muito evidente que o pecado é uma questão muito solene e séria, e que não havia esperança para os culpados, a não ser sobre o fundamento de pura graça. Contudo, isso demonstrou claramente o fato de que a soberana misericórdia foi exercida de uma maneira que conservou a supremacia da lei. O que era o sentido mais óbvio da aspersão de Arão do sangue da expiação sobre a própria cobertura da arca em que foram preservadas as tábuas de pedra (Levítico 16:14)? Cada vez que o sumo sacerdote de Israel entrava no santo dos santos, o povo era impressionantemente ensinado que, mesmo enquanto desfrutavam de seus privilégios nacionais,

sua condição pecaminosa não era perdida de vista, e que não era a despeito da lei que eles eram tão altamente favorecidos; pois a demandas justas dela eram satisfeitas pelo sangue de uma vítima inocente. Assim, o verdadeiro objetivo de todos lidares graciosos de Deus para com o seu povo era torná-los santos, que eles se deleitassem, segundo o homem interior, em sua lei.

Parte 10

Para encerar esse capítulo sobre o pacto sinaítico, nos propomos a rever o fundamento que foi coberto, resumir os vários aspectos da verdade que estiveram diante de nós e procurar esclarecer ainda mais um ou dois pontos que talvez ainda não estejam claros para o leitor interessado. No início deste capítulo fizemos algumas perguntas as quais repetiremos e responderemos brevemente.

"Qual era a natureza precisa do pacto com o qual Deus entrou com Israel no Sinai?". Era um arranjo ou constituição que se referia a eles como uma nação, e serviu para a regulação de sua vida religiosa, política e social. "Referia-se apenas ao seu bem-estar temporal como nação, ou estabelecia também os requisitos de Deus para o gozo individual de bênçãos eternas?". O último, pois a substância do pacto estava de acordo com os princípios imutáveis sobre os quais o trono de Deus é fundado. Ninguém, a não ser aqueles que são participantes da santidade divina e são conformados à justiça divina, podem ter comunhão com Deus e habitar com ele para sempre. "Uma mudança radical foi feita agora nas revelações de Deus aos homens e quanto ao que ele exigiu deles?". Não, pois esse pacto tinha como alicerce o Pacto da Graça eterno, enquanto em substância era uma renovação do Pacto de Obras adâmico. Além disso, como mostramos, a transação sinaítica não deve ser considerada como um evento isolado, mas como um apêndice do pacto abraâmico, cujos fins foram planejados para levar avante a sua realização.

Ao dizer que a economia mosaica foi fundada sobre o Pacto da Graça eterno, queremos dizer que foi devido ao acordo eterno que as três pessoas da Divindade haviam feito com o Mediador, Cristo

Jesus, que o Senhor lidou com Israel em pura graça quando os libertou da escravidão do Egito e os trouxe para si mesmo. Quando dizemos que, em substância, foi uma renovação do Pacto de Obras adâmico, queremos dizer que Israel foi colocado sob a mesma lei (em princípio) que o cabeça federal da raça esteve e que assim como a continuação do desfrute de Adão do Éden foi condicionado à sua obediência, assim também o contínuo desfrute de Canaã por Israel foi condicionado à obediência dos israelitas. Ao dizer que a constituição sinaítica era um apêndice do pacto abraâmico, queremos dizer que ela reuniu em si as instituições primordiais e patriarcais — o sabbath, sacrifícios, circuncisão — enquanto, por sua vez, acrescentou uma grande quantidade de novas ordenanças que, embora em si mesmas fossem "rudimentos fracos e pobres" (Gálatas 4:9), ainda assim eram símbolos instrutivos e prefigurações típicas de futuras bênçãos espirituais.

"Um 'caminho de salvação' completamente diferente foi introduzido agora?". Certamente que não. A salvação sempre foi pela graça através da fé, nunca com base em obras, entretanto, a salvação sempre produziu boas obras. Quando Judas diz que ele se propôs escrever sobre "a salvação comum" (v. 3), ele quis dizer que os santos de todas as eras participaram da mesma salvação. Aquele israelita que foi regenerado olhou para além do sinal em direção à coisa significada e viu na sombra uma figura da substância, e obteve através de Cristo sua aceitação para com Deus. Cada aspecto da verdade fundamental da justificação é encontrado nos Salmos exatamente como está estabelecido no Novo Testamento. Em primeiro lugar, a mesma confissão de pecado e depravação: Salmo 14:1. Em segundo lugar, o mesmo reconhecimento de culpa e desamparo: Salmo 40:12-13. Em terceiro lugar, o mesmo temor do justo julgamento de Deus: Salmo

6:1. Em quarto lugar, o mesmo sentido de condenação inevitável com base na lei de Deus: Salmo 143:2. Em quinto lugar, o mesmo clamor por misericórdia imerecida: Salmo 51:1. Em sexto lugar, a mesma fé no caráter revelado de Deus como um Deus e Salvador justo: Salmo 25:8. Em sétimo lugar, a mesma esperança de "misericórdia" através da "redenção": Salmo 130:7. Em oitavo lugar, a mesma súplica pelo nome de Deus: Salmo 25:11. Em nono lugar, a mesma confiança em outra justiça que não a sua própria: Salmo 71:16; 84:9. Em décimo lugar, o mesmo amor pelo "Filho": Salmo 2:12. Em décimo primeiro, a mesma alegria e paz na fé: Salmo 89:15-16. Em décimo segundo lugar, a mesma segurança na fidelidade de Deus para cumprir suas promessas: Salmo 89:1-2. Que o leitor medite cuidadosamente nessas passagens dos Salmos, e ele descobrirá o próprio evangelho em todos os seus elementos essenciais.

"Em que o pacto sinaítico esteve relacionado aos outros, particularmente ao Pacto da Graça eterno e ao Pacto de Obras adâmico? Ele estava em harmonia com o primeiro ou era uma renovação do segundo?". Essas perguntas levantam uma questão que apresenta a principal dificuldade a ser elucidada. Ao buscar sua solução, várias considerações vitais e básicas devem ser constantemente lembradas, caso contrário, uma visão unilateral dela está fadada a nos conduzir à confusão e ao erro. Essas "considerações" importantes incluem a relação que o pacto sinaítico teve com o pacto abraâmico; a distinção que deve ser feita entre a relação que existia entre Yahwéh e a nação em geral, e entre Yahwéh e o remanescente espiritual nela; e a contribuição que Deus designou que a economia mosaica desse para pavimentar o caminho para o advento de Cristo e o estabelecimento do cristianismo.

Ora, o próprio Espírito Santo graciosamente nos comunicou em Gálatas 3 a relação que o pacto sinaítico teve com o pacto abraâmico. Esse último não pode ser “anulado” pelo primeiro (v. 17), antes o pacto sinaítico foi “adicionado” (v. 19) e “não é contrário” ao pacto abraâmico (v. 21), teve um propósito gracioso (vv. 23-24). Foi “adicionado” não por meio de emenda ou alteração, nem para desacreditá-lo, nem para ser combinado com ele, pois a água pode ser misturada ao vinho. Não, antes o pacto sinaítico permaneceu subserviente às promessas feitas a Abraão a respeito de sua descendência. E, no entanto, não foi estabelecido de forma isolada, mas foi feito como um apêndice necessário, o que prova claramente que Deus deu a Israel a lei com um propósito e desígnio evangélico.

O pacto sinaítico “foi adicionado por causa de transgressões”, o que provavelmente tem uma dupla referência. Em primeiro lugar pelo fato de o pecado haver se disseminado desenfreadamente no mundo e porque Israel havia adquirido tantos dos costumes dos pagãos durante sua longa estadia no Egito, a lei (tanto moral quanto cerimonial) foi formalmente dada no Sinai para servir como uma restrição e preservar uma descendência pura até o aparecimento do Messias. Em segundo lugar, a fim de convencer Israel de sua culpa e convencê-los da necessidade de outra justiça que não a deles próprios e, assim, preparar seus corações para Cristo. Se eu pregar a lei aos incrédulos e lhes mostrar a espiritualidade e a amplitude das exigências dela, pressionar sobre eles a justiça de suas demandas e provar que eles estão sob sua condenação justa, e tudo isso com o objetivo de fazê-los parar de olhar para si mesmos e olharem para Cristo, então eu faço um uso correto e legítimo da lei, eu uso a lei “legitimamente” (1 Timóteo 1:8) e não a coloco em oposição ao evangelho. Na ordem histórica e na relação dispensacional entre os pactos abraâmico e sinaítico, vemos

novamente aquela maravilha da sabedoria divina que une os opostos como lei e graça, justiça e misericórdia, exigência e provisão. O fato de que o último foi “adicionado ao primeiro”, mostra que um não foi posto de lado ou ignorado pelo outro, mas foi reconhecido em sua validade inalterada. Agora, sob o pacto que Deus fez com Abraão, como vimos ao examiná-lo, houve uma impressionante conjunção de graça e lei, ainda que a graça tenha predominado mais amplamente — como fica evidente a partir das referências frequentes às “promessas” (Gálatas 3:7, 8, 16, 18, 21) e da expressão “anunciou primeiro o evangelho a Abraão” (Gálatas 3:8); assim também sob a economia mosaica a graça e a lei foram ambas exibidas, contudo, a última era muito mais evidente — como fica claro pelo seguinte contraste: “Porque a lei foi dada por Moisés; a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo” (João 1:17).

O pacto sinaítico era suplementar e subsidiário ao pacto abraâmico, e serviu para promover tanto os seus fins naturais quanto seus fins espirituais. Seu objetivo não era comunicar a vida, mas direcionar para a vida. Seu propósito imediato era deixar claro para a descendência de Abraão como convinha que eles agissem em relação a Deus e uns para com os outros, como uma geração escolhida e povo de Yahwéh. Esse pacto tornou evidente o caráter e a conduta exigidos daqueles que eram participantes da graça revelada nas promessas. Tornou manifesto o princípio importantíssimo de que a redenção traz em seu seio uma conformidade com a vontade divina, e que somente quando a alma realmente responde à justiça do céu é que a obra da redenção é completada. Ele treinou a mente e estimulou a consciência do regenerado para uma compreensão mais esclarecida da misericórdia revelada, misericórdia essa que seus símbolos instituídos serviram para explicar mais plenamente.

Foi somente a graça que libertou Israel do Egito, mas, como o povo de Deus reconheceu, eles iriam ocupar como sua herança aquela terra que o Senhor afirmava enfaticamente pertencer a ele de modo peculiar. Eles deviam ir para lá, então, como (tipicamente, pelo menos) participantes de sua santidade, pois somente assim eles poderiam glorificar seu nome ou desfrutar de suas bênçãos. Por isso, a santidade de Israel foi o fim comum visado em todas as instituições levíticas sob as quais foram colocados. Tome, por exemplo, a pia, na qual os sacerdotes (sob pena de morte: Êxodo 30:20-21) eram sempre obrigados a lavar as mãos e os pés antes de servir ao altar ou entrar no tabernáculo. Isso era simbólico da pureza interior que Deus requeria. O salmista claramente insinua isso, e mostra que ele o considerou não menos aplicável a ele mesmo, quando diz: “Lavo as minhas mãos na inocência; e assim andarei, Senhor, ao redor do teu altar” (26:6) — é evidente pelo teor do Salmo que ele não falava de nenhuma ablução corporal, mas do estado de seu coração e conduta.

Por bondade imerecida e soberana, os israelitas foram escolhidos para ser o povo de Deus, e sua obediência à lei nunca teve a intenção de comprar imunidades ou vantagens que ainda não pertenciam a eles. Essa ideia é absurda. Não, a obediência deles simplesmente preservou a posse daquilo que Deus havia concedido anteriormente. A lei moral tornou conhecido o caráter e a conduta que Deus exigia de seus “filhos” (Deuteronômio 14:1). O fato de a lei lhes revelar suas deficiências e condená-los por sua depravação só serviu para fazer com que os que possuíam uma mentalidade espiritual buscassem mais fervorosamente novos suprimentos de graça e fossem cada vez mais gratos pela provisão de misericórdia fornecida para a remoção de seus pecados e pela manutenção da comunhão com o Senhor.

Ao se exigir que o israelita culpado pusesse a mão sobre a cabeça da vítima do sacrifício (Levítico 4:24), foi ensinado claramente que o adorador jamais poderia se aproximar de Deus em qualquer outro caráter que não o de um pecador e de nenhuma outra maneira, senão através do derramamento de sangue. No dia anual da expiação, as pessoas eram obrigadas a “afligir suas almas” (Levítico 16:29). O mesmo princípio é igualmente aplicável sob o tempo da Nova Aliança: a expiação de Cristo se torna disponível ao pecador somente quando ele se aproxima dele com convicções sinceras acerca de seu pecado e, então, com uma mistura de tristeza e confiança, ele se liberta de todo fardo de culpa ao pé da cruz. O arrependimento para com Deus e a fé no Senhor Jesus Cristo devem crescer e trabalhar conjuntamente na experiência da alma.

O que foi dito nos últimos oito parágrafos é bastante óbvio e simples, pois encontra sua contraparte exata no Novo Testamento. Tudo relacionado com a herança terrena e temporal de Israel foi ordenado a ponto de mostrar claramente aqueles princípios através dos quais somente Deus confere a seu povo os sinais de seu favor. Os caminhos de Deus para com Israel na terra foram projetados para refletir o caminho para o céu. A verdadeira obediência só é possível como efeito da graça soberana na redenção. Mas a graça reina “pela justiça” (Romanos 5:21), e nunca às custas dela e, portanto, os redimidos são colocados sob a lei como sua regra de vida. É perfeitamente verdade que o evangelho contém exemplos muito mais elevados da moralidade ordenada na lei do que qualquer outros encontrados no Antigo Testamento e que ele fornece motivos muito mais poderosos para exercê-la, não obstante, isso é muito diferente de sustentar que a própria moralidade é maior ou essencialmente mais perfeita.

Entretanto, o problema real nos confronta quando consideramos a relação da lei com o grande número de não regenerados em Israel. A lei manifestamente teve uma relação completamente diferente com eles do que com o remanescente espiritual. Eles, como os descendentes caídos de Adão, nasceram sob o Pacto de Obras (ou seja, estavam vinculados por seus requisitos inexoráveis), que eles, na pessoa de seu cabeça federal, quebraram e, portanto, ficaram sob sua maldição. E a entrega da lei moral no Sinai foi bem calculada para imprimir essa verdade solene sobre eles, mostrando que a única maneira de escapar era por se valerem das provisões de misericórdia feitas nos sacrifícios — assim como o único caminho para o pecador agora obter libertação da condenação da lei é fugir para Cristo. Mas o remanescente espiritual, embora sob a lei como regra de vida, participou da misericórdia contida nas promessas abraâmicas, pois em todas as eras Deus tem administrado o Pacto da Graça eterno ao lidar com seus eleitos.

Essa dupla aplicação da lei, relacionada ao grande número de não regenerados e com o remanescente composto de regenerados, foi significativamente insinuada na dupla entrega da lei. Na primeira vez que Moisés recebeu as tábuas de pedra das mãos do Senhor (Êxodo 32:15-16), elas foram quebradas por ele no monte — simbolizando o fato de que Israel estava sob a condenação de uma lei quebrada. Mas na segunda vez que Moisés recebeu as tábuas (Êxodo 34:1), elas foram depositadas na arca e cobertas com o propiciatório (Êxodo 40:20), o qual foi aspergido pelo sangue da expiação (Levítico 16:14) — o que prenunciou a verdade de que os santos são protegidos (em Cristo) da acusação e penalidade da lei. “A lei no Sinai era um pacto de obras para todos os descendentes carnais de Abraão, mas uma regra de vida para os seus

descendentes espirituais. Assim, como a coluna de nuvem, a lei tinha tanto um lado brilhante quanto um lado escuro" (Thomas Bell, 1814, "The Covenants" [Os Pactos]).

A exposição feita por Thomas Bell e por outros a respeito de que o pacto de obras foi renovado no Sinai exige ser cuidadosamente qualificada. Certamente Deus não promulgou a lei no Sinai com o mesmo fim e uso que o fez no Éden, de modo que foi estrita e unicamente um pacto de obras, pois a lei foi certamente dada a Israel com um propósito gracioso. Deus promulgou a lei no Sinai com o propósito de impressioná-los com um senso de sua santidade e justiça, com a espiritualidade e abrangência da obediência que eles lhe deviam, e Deus fez isso com o propósito de convencê-los da multidão e odiosidade de seus pecados, da total impossibilidade de se tornarem justos através de seus próprios esforços ou de escaparem da ira divina, a não ser que se valessem das provisões de sua misericórdia; e, desse modo, a lei os direcionou para Cristo.

A dupla atitude da lei mosaica, primeiramente em relação ao Israel segundo a carne, e então sua atitude em relação à descendência espiritual, foi misticamente antecipada e esboçada na história de Abraão — o progenitor do Israel segundo a carne e o "pai" (padrão) espiritual do Israel espiritual. Foi prometido a Abraão que ele teria um filho, ainda que no início não tenha sido tão claramente revelado por quem o patriarca o geraria. Sara, dez anos depois da promessa, aconselhou Abraão a possuir Agar, para que ela pudesse ter filhos (Gênesis 16:3). Assim, embora ela fosse apenas uma serva quanto à sua ocupação, Agar foi (injustamente) levada para o lugar de sua concubina. Isso prefigurou a perversão do pacto sinaítico por parte do judeu carnal, que colocou sua confiança no preceito em vez confiar na promessa original. Israel

buscou a justiça, mas não a obteve, porque não o buscou pela fé, mas como que pelas obras da lei (veja Romanos 9:32-33, 10:2-3). Eles chamaram a Abraão de seu pai (João 8:39), mas confiaram em Moisés (João 5:45). Depois de todos os seus esforços, o legalista só pode produzir um Ismael — um rejeitado por Deus — e nunca um Isaque!

Quando Thomas Bell insistiu que o pacto sinaítico deve ser uma renovação do Pacto de Obras (embora subserviente ao abraâmico), porque não era o Pacto da Graça, e "não há outro", ele não levou em conta o caráter único da teocracia judaica — que ele era "único" fica claro a partir desse fato somente, a saber, que todos os descendentes naturais de Abraão eram membros da teocracia, enquanto que apenas os regenerados pertenciam ao corpo de Cristo. O pacto sinaítico manifestou formal e visivelmente o reino de Deus na Terra, pois seu trono estava tão estabelecido em Israel que Yahwéh ficou conhecido como "Rei em Jesurum" (Deuteronômio 33:5), e em consequência disso Israel se tornou num sentido político "o povo de Deus", e nesse caráter ele se tornou "seu Deus". Nós lemos sobre "a comunidade (literalmente: *πολιτείας* = *politeias* = entidade política) de Israel" (Efésios 2:12), pelo que devemos entender todo o seu aspecto civil, religioso e nacional.

Ora essa "comunidade" era puramente temporal e externa, e consistia em uma economia "segundo a lei do mandamento carnal" (Hebreus 7:16). Estritamente falando, não havia nada de espiritual no que diz respeito a ela. Ela possuía um significado espiritual tendo em vista seu caráter típico, mas tomada em si mesma, era meramente temporal e terrestre. Deus não se comprometeu, nos termos da constituição sinaítica, a escrever a lei em seus corações, como faz agora sob a Nova Aliança. Como reino ou comunidade, Israel era uma teocracia, isto é, o próprio Deus governava

diretamente sobre eles. Deus lhes deu um conjunto completo de leis, pelas quais deviam regular todos os seus assuntos, leis acompanhadas de promessas e ameaças de um tipo temporal. Sob essa constituição, a ocupação contínua de Canaã por Israel e o desfrute de seus outros privilégios dependiam da obediência ao seu rei.

Voltando às questões levantadas em nosso primeiro artigo (junho de 1936): “O pacto sinaítico era simples ou misto: tinha apenas um significado de ‘letra’ relativo às coisas terrenas, ou um significado de ‘espírito’ também, relativo às coisas celestiais?”. Isso acaba de ser respondido nos dois últimos parágrafos; tinha um significado de “letra” somente quando era abordado sob um ponto de vista estrito em relação a Israel como uma nação; mas de “espírito” também quando considerado tipicamente como sendo o povo de Deus de modo geral. “Que contribuição específica ele fez para o desdobramento progressivo do plano e propósito divino?”. Além de tudo o que foi dito sobre esse ponto nos artigos anteriores, vamos agora, em conclusão, responder apontando como esses detalhes adicionais do Pacto Eterno que Deus fez com Cristo foi notavelmente esboçado.

Em primeiro lugar, ao fazer o pacto sinaítico com a nação de Israel, a igreja de Cristo estava sendo prefigurada ali em seu caráter corporativo. Em segundo lugar, por lidar através de Moisés em todos os seus tratos para com Israel, Deus quis dar a entender que recebemos todas as suas bênçãos por meio do “Mediador de uma melhor aliança” (Hebreus 8:6). Em terceiro lugar, por primeiramente resgatar a Israel do Egito e depois colocá-lo sob a lei, Deus insinuou que sua graça reina “pela justiça” (Romanos 5:21). Em quarto lugar, ao tomar sobre si o ofício de “rei” (Deuteronômio 33:5), Deus mostrou que ele requer submissão implícita (obediência) de seu

povo. Em quinto lugar, ao estabelecer o tabernáculo no meio de Israel, Deus revelou aquele lugar de proximidade dele mesmo ao qual nos trouxe. Em sexto lugar, pelas várias instituições da lei cerimonial, aprendemos que “sem santidade ninguém verá o Senhor”. Em sétimo lugar, ao trazer Israel para a terra de Canaã, Deus forneceu uma figura de nossa herança celestial.

---

[1] Citações retiradas de *An Essay on the Kingdom of Christ,* publicado em português pela editora O Estandarte de Cristo sobre o título, *Um Ensaio sobre o Reino de Cristo.*

[2] Nota de tradução: As Palestras de Bampton (*Bampton Lectures*), da Universidade de Oxford, na Inglaterra, foram fundadas por um legado de John Bampton. Elas iniciaram em 1780 e continuam até hoje. Consistiam em uma série de palestras anuais; desde a virada do século XX passaram a ser bienais. Eles se concentram em tópicos da teologia cristã. As palestras foram tradicionalmente publicadas em forma de livro. Em diversas ocasiões, notadamente em momentos do século XIX, atraíram grande interesse e controvérsia. Aqui especialmente Pink, cita a palestra de 1856, feita por Edward Arthur Litton, *The Mosaic Dispensation Considered as Introductory to Christianity* [A dispensação mosaica considerada como introdutória ao cristianismo)